

# Sumário

Número de notícias: 46 | Número de veículos: 31

O GLOBO - RJ - POLÍTICA RECEITA FEDERAL DO BRASIL Ex-secretário da Receita falta a depoimento na PF .....	5
DIÁRIO DE PERNAMBUCO - RECIFE - PE - POLÍTICA RECEITA FEDERAL DO BRASIL Ex-chefe da Receita falta novamente .....	6
DIÁRIO DO NORDESTE - FORTALEZA - CE - NEGÓCIOS RECEITA FEDERAL DO BRASIL Novas regras em agosto .....	7
FOLHA DE PERNAMBUCO - RECIFE - PE - POLÍTICA RECEITA FEDERAL DO BRASIL Caiado diz que reforma é manicômio tributário .....	8
JORNAL DE BRASÍLIA - DF - ECONOMIA SEGURIDADE SOCIAL Pente-fino vai verificar 800 mil benefícios do INSS este ano .....	9
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS SEGURIDADE SOCIAL Vinculação do mínimo consumirá mais da metade da reforma da Previdência .....	10
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS SEGURIDADE SOCIAL Valorização do salário mínimo combate a pobreza, diz secretário .....	12
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS SEGURIDADE SOCIAL Ministérios tentam fugir de cortes e "gastam" R\$ 8,8 bi em uma semana .....	13
O GLOBO - RJ - OPINIÃO SEGURIDADE SOCIAL Crise fiscal exigirá ações mais duras para país fechar 2024 com déficit zero (Editorial) .....	15
O GLOBO - RJ - ECONOMIA SEGURIDADE SOCIAL Dívida pública aumenta e atinge 77,8% do PIB .....	16
O GLOBO - RJ - ECONOMIA SEGURIDADE SOCIAL Lupi defende política de redução do juro do crédito consignado .....	17
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL SEGURIDADE SOCIAL Dívida bruta sobe para o maior nível desde 2021 .....	18
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL SEGURIDADE SOCIAL Valor de aposentadorias recua, mas se mantém acima da OCDE .....	20
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL SEGURIDADE SOCIAL Pochmann diz que Lula garante verba para IBGE .....	22
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL SEGURIDADE SOCIAL	

Lupi nega revisão em teto de juro de consignado .....	23
A GAZETA - MT - ECONOMIA - PAÍS SEGURIDADE SOCIAL	
Não há previsão de reavaliação .....	24
DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - LEGISLAÇÃO SEGURIDADE SOCIAL	
Apenas 5% dos beneficiários usam o aplicativo Meu INSS .....	25
EXTRA - RIO DE JANEIRO - RJ - GANHE MAIS SEGURIDADE SOCIAL	
Governo vai revisar 800 mil benefícios até o fim do ano .....	26
O ESTADO - FORTALEZA - CE - NACIONAL SEGURIDADE SOCIAL	
INSS quer passar pente-fino em até 850 mil benefícios até dezembro .....	27
O ESTADO - FORTALEZA - CE - ECONOMIA SEGURIDADE SOCIAL	
Dívida pública bruta do país chega a 77,8% do PIB; entenda .....	28
O LIBERAL - BELÉM - PA - CIDADES SEGURIDADE SOCIAL	
Queda nos juros do consignado dificulta crédito a beneficiários .....	29
AGÊNCIA BRASIL - INTERNACIONAL SEGURIDADE SOCIAL	
Caixa paga Bolsa Família a beneficiários com NIS de final 9 .....	30
FOLHA ONLINE - SP - OPINIÃO SEGURIDADE SOCIAL	
A fila do INSS vira caso de polícia entre Lupi e associação de peritos .....	31
O GLOBO ONLINE - RJ - OPINIÃO SEGURIDADE SOCIAL	
Crise fiscal exigirá ações mais duras para país fechar 2024 com déficit zero .....	33
PORTAL TERRA - NOTÍCIAS SEGURIDADE SOCIAL	
Inchaço do BPC é reflexo da exclusão no trabalho e da avaliação ultrapassada da deficiência .....	34
VALOR ONLINE - BRASIL SEGURIDADE SOCIAL	
Dívida bruta sobe para o maior nível desde 2021 .....	36
VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS SERVIDOR PÚBLICO	
CGU abre mil processos por corrupção em 4 anos .....	38
ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - OPINIÃO SERVIDOR PÚBLICO	
Reforma tributária: uma necessidade urgente (Artigo) .....	39
VALOR ECONÔMICO - SP - ESPECIAL REFORMA TRIBUTÁRIA	
Fora do Imposto Seletivo, alimento ultraprocessado afeta gasto com saúde .....	40
VALOR ECONÔMICO - SP - ESPECIAL REFORMA TRIBUTÁRIA	
Teto na alíquota põe cesta básica em risco, diz Gianetti .....	42

FOLHA DE PERNAMBUCO - RECIFE - PE - OPINIÃO  
REFORMA TRIBUTÁRIA

O impacto da reforma tributária nas compras internacionais ..... 43

FOLHA ONLINE - SP - FOLHAJUS  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Mudança no imposto sobre herança pode estimular doações ..... 44

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Dívida em níveis de pandemia ..... 46

O GLOBO - RJ - G20 NO BRASIL  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Moeda social fortalece economia local com distribuição de renda ..... 48

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
ECONOMIA

Medidas de bloqueio atingirão todas as áreas, diz Ceron ..... 50

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
ECONOMIA

Dívida bruta do governo sobe e vai a 77,8% do PIB ..... 51

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
ECONOMIA

Mercado volta a elevar projeção do IPCA para 2024 ..... 52

O GLOBO - RJ - ECONOMIA  
ECONOMIA

Mercado aumenta previsão de crescimento do PIB e de inflação em 2024 ..... 53

O GLOBO - RJ - G20 NO BRASIL  
ECONOMIA

Compromisso para tributar super-ricos ..... 54

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS  
ECONOMIA

Apesar de alívio com dólar, ansiedade pré-Copom deixa juro futuro em alta ..... 55

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS  
ECONOMIA

Expectativa de inflação cria dificuldade para o BC ..... 57

VALOR ECONÔMICO - SP - G20 NO BRASIL  
ECONOMIA

Universalização pode somar R\$ 58 bilhões por ano ao PIB ..... 58

CORREIO DO POVO - PORTO ALEGRE - RS - ECONOMIA  
ECONOMIA

Déficit ultrapassa R\$40 bilhões ..... 60

DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - FINANÇAS  
ECONOMIA

Títulos do Tesouro Direto giram R\$ 5,68 bi em junho ..... 61

DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - FINANÇAS  
ECONOMIA

Mercado aumenta a estimativa de inflação ..... 62

DIÁRIO DO GRANDE ABC - SANTO ANDRÉ - SP - ECONOMIA  
ECONOMIA

Dívida pública sobe 2,25% e ultrapassa R\$ 7,1 tri em junho ..... 63

---

Terça-Feira, 30 de Julho de 2024

# Ex-secretário da Receita falta a depoimento na PF

**EDUARDO GONÇALVES**  
[eduardo.goncalves@bsb.oglobo.com.br](mailto:eduardo.goncalves@bsb.oglobo.com.br) BRASÍLIA

O ex-secretário da **Receita Federal** José Tostes faltou ontem ao depoimento marcado na Polícia Federal (PF). Ele já havia pedido o adiamento na quinta-feira passada. Tostes seria ouvido na condição de investigado no âmbito do inquérito que apura o uso da Agência Brasileira de Investigação (Abin) para blindar os filhos de Jair Bolsonaro e monitorar adversários políticos e desafetos do ex-presidente.

Com o não comparecimento, a PF analisa as medidas cabíveis para realizar o depoimento. Como investigado, ele tem direito ao silêncio e a acessar os autos do inquérito antes de prestar os esclarecimentos.

O auditor seria questionado sobre a menção ao seu nome feita durante uma reunião entre o então chefe da Abin Alexandre Ramagem e o ex-presidente, em agosto de 2020.

Na ocasião, Bolsonaro teria sugerido às advogadas do senador e filho Flávio Bolsonaro (PL-RJ) para falar com Tostes e com o então chefe do Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro), estatal de processamento de dados do governo, sobre o chamado caso das "rachadinhas" -investigação envolvendo Flávio por suposto desvio de salários de servidores da Assembleia Legislativa do Rio (Alerj).

-É o caso de conversar com o chefe da Receita-disse Bolsonaro, na ocasião.

A fala se deu após as duas advogadas citarem supostas irregularidades cometidas por auditores da Receita na elaboração de um relatório de inteligência fiscal que originou o inquérito. A conversa teve o áudio gravado por Ramagem. O arquivo foi identificado pela PF após a apreensão de seu celular e computador, em janeiro deste ano.

Os investigadores queriam perguntar a Tostes se ele foi procurado após esse encontro. Durante a gravação, Ramagem afirmou que "seria necessário a instauração de procedimento administrativo" contra os auditores, "visando anular a investigação, bem como retirar alguns auditores de seus respectivos cargos".

O áudio foi encaminhado ao ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes e deverá passar por uma perícia por profissionais do Instituto Nacional de Criminalística (INC) para ser transcrita a íntegra da reunião, de 1 hora e 8 minutos de duração, inclusive quando há sobreposição de vozes.

Procurado, Tostes não se pronunciou sobre não ter comparecido à PF. Ramagem afirmou que gravou a reunião com o aval do ex-presidente para protegê-lo. Flávio, por sua vez, disse que a divulgação do áudio não mostra qualquer ilegalidade. "Apresenta apenas minhas advogadas comunicando as suspeitas de que um grupo agia com interesses políticos dentro da **Receita Federal** e com objetivo de prejudicar a mim e a minha família".

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# Ex-chefe da Receita falta novamente

O ex-secretário da **Receita Federal** José Tostes faltou pela segunda vez a depoimento marcado na sede da Polícia Federal (PF) sobre o caso da "Abin paralela". Ele tinha sido intimado para a oitiva às 15h de ontem, mas não apareceu. Tostes já tinha faltado ao encontro com os investigadores na semana passada.

A expectativa era de que ele falasse com os investigadores da PF no âmbito do inquérito que apura o suposto monitoramento ilegal de pessoas e autoridades públicas pela Agência Brasileira de Inteligência (Abin), a chamada "Abin paralela".

Ele seria questionado acerca da menção feita ao seu nome pelo ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) durante reunião entre o ex-chefe da Abin Alexandre Ramagem, advogadas de Flávio Bolsonaro (PL) e o então chefe do GSI, Augusto Heleno, em agosto de 2020. Por ser investigado no caso, Tostes não pode ser conduzido coercitivamente. (Metrópoles)

**Site:**

**<https://impresso.diariodepernambuco.com.br/noticia/cadernos/politica/2024/07/ex-chefe-da-receita-falta-novamente.html>**

# Novas regras em agosto

**Mariana Lemos [mariana.lemos@svm.com.br](mailto:mariana.lemos@svm.com.br)**

As novas regras de aplicação do imposto de importação - também conhecido como 'Taxa das Blusinhas' - começam a valer em 1º de agosto em todo o Brasil. A partir desta data, todos os produtos comprados em sites internacionais terão incidência do imposto de importação, que é federal, com alíquota de 20% ou 60%.

Até então, empresas inseridas no programa Remessa Conforme tinham isenção para compras de até US\$ 50 - cerca de R\$ 278,35. Agora, as compras até US\$ 50 nas plataformas do programa da **Receita Federal** terão incidência de imposto de importação de 20%.

Já as mercadorias acima de US\$ 50 das plataformas do Remessa Conforme ou compras de qualquer valor de empresas que não estão no programa seguem com taxa de importação de 60%.

A reintrodução da cobrança foi negociada entre o Congresso Nacional e a área econômica do governo. Deputados e senadores defenderam a medida como forma de trazer equilíbrio fiscal e incentivar a indústria nacional.

A proposta da 'Taxa das Blusinhas', como ficou conhecida, foi inserida no texto-base do projeto de lei do Mover (Programa Mobilidade Verde), que aborda um programa de incentivo à descarbonização de carros. A situação é conhecida na política como aprovação de um 'jabuti', medida inserida dentro de outro projeto que não está relacionado com a temática original.

Gigantes de compras internacionais, AliExpress e Shein criticaram a decisão, apontando que impactará no encarecimento dos produtos. O fim da isenção para pequenas compras foi aprovado pelo Congresso Nacional e sancionado pelo presidente Lula em 27 de junho. As novas diretrizes começam a vigorar em 1º de agosto, ou seja, compras de até US\$ 50 dólares realizadas até 31 de julho podem continuar com a isenção.

Tributadas As plataformas Aliexpress e Shopee, entretanto, anunciaram que todas as compras feitas a partir de 27 de julho serão tributadas conforme as novas regras. Segundo as empresas, o adiantamento ocorre devido à defasagem entre a compra e a emissão da Declaração de Importação de Remessa (DIR).

A Amazon também antecipou a cobrança do imposto para o dia 31 de julho.

Já a Shein começará a aplicar as novas diretrizes de imposto a partir de 0h de 1º de agosto, mas ressaltou que a tributação pode ser aplicada nas compras realizadas anteriormente, que ficam dependentes do DIR. A partir de 1a de agosto, as compras internacionais terão incidência do imposto de importação independentemente do valor.

Leia matéria completa em [www.diariodonordeste.verdesmares.com.br](http://www.diariodonordeste.verdesmares.com.br)

As compras internacionais terão incidência do imposto de importação independentemente do valor

**Site:** <https://diariodigital.verdesmares.com.br/assinante>

# Caiado diz que reforma é manicômio tributário

**MAGNO MARTINS DE BRASÍLIA**

Em entrevista ao Estadão, o governador de Goiás, Ronaldo Caiado (UB), pré-candidato à Presidência da República nas eleições de 2026, disse que a **reforma tributária** é um manicômio tributário que vai virar um inferno. Ele tem sido a voz política mais forte contrária ao projeto que já passou pela Câmara e agora está no Senado.

## Judicialização

Para Caiado, a maior parte das promessas do governo, como simplificação, menor judicialização e atração de investimentos terão efeitos ao contrário. "Vai ser a maior judicialização que já se viu no mundo quando o IBS (Imposto sobre Bens e Serviços) começar a funcionar", diz. Ele afirma que tem conversado com investidores que estão assustados e podem retirar seus dólares do País.

Também aponta que o modelo da reforma "não tem aplicabilidade na vida real". "Nós temos de dividir essa reforma em dois momentos. A CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços, que reúne **impostos** federais) é uma arrecadação feita pela **Receita Federal**, tem um controle e faz a distribuição. Essa tributação, com a qual eu concordo, já tinha sido proposta ao Congresso pelo governo anterior. O problema é a segunda etapa, que é o IBS (Imposto sobre Bens e Serviços, que junta ISS e ICMS e é recolhido por Estados e municípios). É algo impossível de ser aplicado", disse.

## Complexidade

Ele acrescentou: "Não se faz uma mudança que envolve 5.568 prefeituras de 26 Estados e um Distrito Federal dentro de uma emenda constitucional que diz que as prerrogativas dos governadores serão secundárias e que um comitê gestor vai deliberar sobre a partilha da arrecadação aos municípios e aos Estados. Isso é de uma complexidade que não tem similar no mundo. Na União Europeia, onde todos os países operam com a mesma moeda, cada país tem seu IVA. Por que então não fazer como os Estados Unidos, onde cada Estado tem um modelo de IVA de acordo com sua situação?"

Caiado considerou ridícula uma situação, segundo ele, quando, em 1988, a Constituição estabeleceu que a

taxa de juros não poderia ultrapassar 12% ao ano e, no primeiro ano, a medida já não foi cumprida. "Ainda assim, só depois de 15 anos o Brasil percebeu que não é na Constituição que se define o juros, e a medida foi revogada. Agora, o iluminado (apelido dado por Caiado ao secretário extraordinário de **Reforma Tributária** do Ministério da Fazenda, Bernard Appy) decidiu fazer algo semelhante e estabeleceu em lei complementar uma taxa uniforme que não pode passar de 26,5%", afirmou.

## Projeção

O governador criticou ainda o fato de não ter nenhuma projeção ou um ensaio para verificar se isso pode dar certo. "Além do mais, já se fala que esse porcentual pode ir a 30% por causa das exceções que estão colocando no texto. O Instituto de Ensino e Pesquisa de Goiás fez um cálculo mostrando que pode chegar a 32%. Eu espero que não demore 15 anos para a população ver que a medida não foi cumprida nem no seu primeiro ano", afirmou.

## Custeio

E indagou: "Como o governo vai fazer para manter o custeio da máquina, dos Estados, de investimentos, de infraestrutura? É lógico que vai aumentar a carga tributária. Eu já pedi várias vezes ao Appy a fórmula que ele fez para chegar aos 26,5%, e ele nunca entregou".

## Site:

<https://edicaoimpressa.folhape.com.br/books/jkbw/#p=1>



# Pente-fino vai verificar 800 mil benefícios do INSS este ano

A **Previdência Social** pretende verificar os cadastros de cerca de 800 mil beneficiários temporários (o antigo auxílio-doença) do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) até o final deste ano, disse nesta segunda-feira o ministro Carlos Lupi (**Previdência Social**). O pente-fino busca conferir se as pessoas têm mesmo direito a seguir com os auxílios.

Conforme Lupi, o trabalho mira benefícios temporários que estão há dois anos ou mais sem verificação.

"Muitos não comunicam à Previdência [as informações atualizadas] porque querem continuar recebendo mesmo estando trabalhando", declarou o ministro em entrevista a jornalistas no Rio de Janeiro.

"Estamos fazendo, através do Ministério da **Previdência Social**, através da nossa parte da perícia médica, uma verificação até o final do ano, mais ou menos, de 800 mil a 850 mil beneficiários temporários com algum tipo de doença, algum tipo de atendimento que teve, verificando se estão ainda com essa doença, se estão merecedores ainda do benefício para continuar ou não pagando", completou.

As declarações ocorreram após o ministro ser questionado sobre a revisão cadastral iniciada pelo governo federal na semana passada com foco no Benefício de Prestação Continuada (BPC), pago pelo **INSS** a segurados idosos a partir de 65 anos ou com deficiência em famílias consideradas vulneráveis.

Lupi disse que o Ministério do Desenvolvimento Social está trabalhando para fazer uma "fotografia" do BPC e o recadastramento de beneficiários. "Nosso grande desafio hoje é evitar fraudes. Tem muita gente que frauda a **Previdência Social**, que frauda o BPC Loas, para ter benefícios indevidos", afirmou Lupi.

## Geração de dados

Pela manhã, o ministro participou de uma conferência organizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

Lupi assinou um acordo de cooperação técnica com o presidente do IBGE, o economista Marcio Pochmann, para a geração de dados relacionados à área da **seguridade social** no Brasil.

"Estamos pegando, com esse convênio, um rumo para fazer a previsão da Previdência de amanhã. Precisamos ter essa fotografia real do povo brasileiro", declarou Lupi.

## Verba para o IBGE

A conferência do IBGE se estende até sexta-feira (2) e tem como tema o que o órgão chama de "soberania nacional em geociências, estatísticas e dados". Segundo o instituto, a intenção é discutir "riscos e oportunidades do Brasil na era digital".

Pochmann voltou a defender a ideia de que o IBGE precisa atuar como grande coordenador de estatísticas no país, o que significaria integrar diferentes bases de informações, inclusive registros administrativos (dados cadastrais de órgãos públicos). Para isso, o economista planeja a criação do Singed (Sistema Nacional de Geociências, Estatísticas e Dados).

Segundo Pochmann, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva reafirmou que não faltará verba para o IBGE realizar as suas pesquisas. Em junho, porém, o economista havia dito que os trabalhos eram ameaçados por restrições financeiras.

## Site:

<https://edicaodigital.jornaldebrasil.com.br/pub/jornaldebrasil/?edicao=17929>

# Vinculação do mínimo consumirá mais da metade da reforma da Previdência

**ALVARO GRIBEL MARIANA CARNEIRO BRASÍLIA**

Cálculos apontam impacto de R\$ 638 bi no **INSS** em uma década, valor equivalente a 56% da economia estimada para o período; concessão de BPC também está em alta

A política de valorização do salário mínimo e sua vinculação aos benefícios do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) vão corroer mais da metade dos efeitos esperados com a reforma da Previdência aprovada em 2019. Pelas contas do economista Fabio Giambiagi, do FGV/Ibre, o aumento do mínimo associado ao crescimento do **PIB** deve provocar uma alta de despesas de R\$ 638 bilhões nos próximos dez anos - consumindo cerca de 56% da economia de R\$ 1,136 trilhão prevista com reforma no mesmo período, atualizada pela **inflação**.

"Com a nova regra do salário mínimo, o Brasil desfez, com uma penada, e sem uma única conta de avaliação prévia que justificasse a nova política, mais da metade de uma reforma que custou 25 anos de debates para que pudesse amadurecer a ponto de ser aprovada", diz Giambiagi.

Os gastos com a Previdência voltaram a ser assunto em razão do forte aumento de despesas na área. Na terceira revisão bimestral de receitas e despesas, divulgada na segunda-feira da semana passada, o governo informou que prevê gastar mais R\$ 4,9 bilhões com a Previdência e R\$ 6,4 bilhões com o Benefício de Prestação Continuada (BPC) - pago a idosos e pessoas com deficiência de baixa renda - neste ano em relação às projeções do relatório anterior.

A reforma da Previdência aprovada em 2019, na gestão Jair Bolsonaro, instituiu idades mínimas para aposentadoria de 62 anos para mulheres e 65 anos para homens. O tempo mínimo de contribuição foi estipulado em 20 anos para homens e 15 anos para mulheres.

O secretário do Regime Geral de **Previdência Social**, Adroaldo da Cunha Portal, afirmou que os cálculos de Giambiagi são parecidos com os do governo, mas a despesa faz parte da estratégia do governo de combater a pobreza na velhice (mais informações na pág. B2).

"Tudo que se imaginava com a reforma da Previdência está acontecendo. Não há nada de errado com o texto que foi aprovado, as contas estavam certas.

A novidade foi a volta da política de valorização do salário mínimo, com efeitos sobre a Previdência e também sobre o BPC", afirmou Giambiagi.

Em abril do ano passado, o governo Lula definiu que o mínimo fosse corrigido anualmente pela **inflação** mais a variação do Produto Interno Bruto (**PIB**) consolidado de dois anos atrás.

EM ALTA. Segundo Giambiagi, o grande problema é a dinâmica de alta que as despesas da Previdência adquiriram com a retomada da política de reajuste do salário mínimo. As despesas do **INSS** estão hoje em torno de R\$ 920 bilhões por ano, sendo que cerca de 43% desse valor (R\$ 395 bilhões) está indexado ao salário mínimo. Já o BPC tem gastos de R\$ 105 bilhões anuais e está totalmente vinculado ao mínimo.

"Colocando como hipótese o crescimento do ano passado e mais as projeções do mercado para o **PIB**, em torno de 2%, os gastos com Previdência e **BPC** sobem mais de R\$ 10 bilhões por ano e chegam a R\$ 638 bilhões entre 2025 e 2034. O arcabouço fiscal tem uma regra coerente, que é fazer a despesa crescer a 70% (do aumento) da receita.

Mas essa regra do salário mínimo é totalmente inconsistente com a regra do arcabouço", explicou.

Na sexta-feira, o governo editou duas portarias para iniciar um pente-fino no BPC, com revisão de cadastros e combate a fraudes. Os beneficiários que não estão inscritos no CadÚnico ou com cadastro desatualizado terão até 90 dias para regularizar a situação. Além disso, o governo vai fortalecer a análise de cadastros irregulares, com identificação biométrica e cruzamentos mensais de dados.

Paulo Tafner, presidente do Instituto Mobilidade e Desenvolvimento Social, e que divide com Giambiagi a autoria do livro A Reforma Inacabada - O futuro da **Previdência Social** no Brasil, lançado em junho, afirma que a vinculação do reajuste do salário mínimo aos benefícios da Previdência é o principal motivo para o forte aumento de gastos.

"Na questão dos gastos previdenciários, tudo conta. Aposentadorias, por tempo ou invalidez; pensões; e benefícios assistenciais de prestação continuada (BPC). E tudo cresce - uns mais que outros, mas todos afetados pela política irresponsável de aumento real (acima da **inflação**) do salário mínimo", afirmou Tafner.

"Não pelo aumento em si, mas pelo fato de ele indexar esses benefícios."

"Com a nova regra do salário mínimo, o Brasil desfez mais da metade de uma reforma que custou 25 anos de debates"

"Não há nada de errado com o texto (da reforma da Previdência). A novidade foi a volta da política de valorização do salário mínimo" Fabio Giambiagi Economista

Nova previsão Governo reajustou os gastos na **Previdência Social** neste ano em R\$ 4,9 bilhões

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Valorização do salário mínimo combate a pobreza, diz secretário

**ALVARO GRIBEL MARIANA CARNEIRO BRASÍLIA**

O secretário do Regime Geral de **Previdência Social**, Adroaldo da Cunha Portal, admite que a política de valorização do salário mínimo de fato tem um impacto relevante sobre as contas públicas e que os números apontados por Giambiagi são próximos aos calculados pelo Ministério da Previdência. Ele alega, contudo, que essa despesa faz parte da estratégia do governo de combater a pobreza na velhice.

"Os números do impacto do reajuste do salário mínimo (apontados pelo economista Fabio Giambiagi, do FGV/Ibre) estão superiores, mas próximos aos que calculamos. O salário mínimo tem, de fato, um impacto relevante nas despesas previdenciárias, mas esse efeito deve ser considerado no contexto de um dos objetivos da **Previdência Social** que é evitar a pobreza na velhice", defende.

O secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ceron, reconheceu em entrevista coletiva, na sexta-feira, que as preocupações com o crescimento dos gastos com a Previdência e o BPC são legítimas e que essas despesas precisam ser "olhadas com cuidado". Ceron explicou que o resultado positivo do Tesouro tem sido totalmente consumido pelo déficit previdenciário e afirmou que, mesmo após a reforma aprovada em 2019, ainda há questões que precisam ser resolvidas.

O governo anunciou a previsão de economizar R\$ 9,05 bilhões no Orçamento de 2024 com a revisão de gastos e combate a fraudes na Previdência.

No relatório bimestral apresentado na segunda-feira da semana passada, a previsão foi mantida; mas, como revelou o Estadão/Broadcast, apenas R\$ 1,2 bilhão foi efetivamente poupado até maio. A ideia das novas portarias referentes ao BPC seria intensificar esse processo.

**COMBATE A FRAUDES.** Um dos pontos alarmantes, segundo o especialista em Previdência Leonardo Rolim, que foi secretário de **Previdência Social** e presidente do **INSS**, é o crescimento acelerado de benefícios assistenciais, como o BPC, e o auxílio-doença - o que sugere a incidência de fraudes.

Ele avalia que as duas portarias editadas pelo governo federal na última sexta-feira foram positivas, mas

ainda insuficientes, principalmente por não levarem em consideração os crimes cibernéticos, que seriam o principal motivo das fraudes.

"O recadastramento deveria ser exigido de todos, independentemente do prazo. Existe uma suspeita muito grande de que boa parte desses benefícios concedidos de 2021 para cá foram para pessoas fictícias, mediante crimes cibernéticos.

Então, a medida é boa, mas deixou a desejar, na minha avaliação", afirmou. "Tem de fazer cruzamento com as trilhas de fraudes cibernéticas; a fraude cibernética acaba driblando todas essas medidas." Em maio, as concessões do BPC foram 15% maiores do que no mesmo mês do ano passado, uma tendência altista que vem se revelando mês a mês. O principal motor deste crescimento são os benefícios concedidos a pessoas com deficiência, que em maio ficaram 48% acima do registrado no mesmo mês do ano passado.

**BAIXA RENDA.** Em uma avaliação de tendência, que considera o número de concessões acumuladas nos últimos 12 meses, os benefícios para pessoas de baixa renda com deficiência estão 41% mais acelerados do que em maio de 2023. No caso do benefício por incapacidade temporária (antigo auxílio-doença) também há um registro de aumento de 49% nas emissões do benefício em maio, na comparação com o mesmo mês do ano passado.

Procurados, o Ministério da Fazenda e o **INSS** informaram que o assunto é de responsabilidade do Ministério da Previdência.

Já o Ministério do Planejamento e Orçamento não quis se manifestar. A Secretaria de Comunicação da Presidência (Secom) e o Ministério do Desenvolvimento Social não retornaram aos pedidos da reportagem.

Cerco Governo anunciou medidas para tentar combater fraudes na concessão de benefícios pelo **INSS**

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Ministérios tentam fugir de cortes e "gastam" R\$ 8,8 bi em uma semana

**DANIEL WETERMAN BRASÍLIA**

Os ministérios empenharam R\$ 8,8 bilhões em despesas não obrigatórias na última semana antes do congelamento que será feito no Orçamento deste ano. O empenho significa, na prática, que o Executivo federal está comprometendo aquela despesa. Assim, o dinheiro não pode ser cortado.

Desde que o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, anunciou um congelamento de R\$ 15 bilhões no Orçamento do governo federal, os ministérios deram início a uma verdadeira "corrida" para salvar uma parte das verbas. Os órgãos alegam que os gastos dizem respeito ao andamento normal das ações, mas os empenhos, na prática, garantem a liberação dos recursos.

O governo deve publicar hoje decreto detalhando quais ministérios serão alvo da contenção.

Nos bastidores, ministros atuam para garantir o menor corte possível para suas áreas.

O ministro-chefe da Casa Civil, Rui Costa, afirmou que todas as pastas serão afetadas.

Entre o dia 18 de julho e a sexta-feira passada, os ministérios aumentaram o ritmo de gastos de ações que ficam sob controle dos órgãos federais. A corrida incluiu um empenho recorde de R\$ 3,4 bilhões em gastos no dia 19 - um dia depois do anúncio de Haddad, valor recorde para um único dia neste ano.

O Ministério dos Transportes liberou R\$ 2,4 bilhões em verbas em uma semana, priorizando obras em rodovias e o Programa de Aceleração do Crescimento (Novo PAC). O Ministério da Saúde empenhou R\$ 1,4 bilhão no mesmo período, incluindo verbas para hospitais e para o programa Farmácia Popular.

Serão R\$ 11,2 bilhões bloqueados (despesas congeladas para cumprir o limite do arcabouço fiscal e compensar o aumento de gastos obrigatórios, como Previdência) e R\$ 3,8 bilhões contingenciados (despesas congeladas para cumprir a meta fiscal, mediante a frustração de receitas).

As duas medidas têm o efeito prático de congelar as programações no Orçamento.

**CÁLCULOS.** O bloqueio e o contingenciamento só podem ser desfeitos se o Executivo voltar a ficar em dia com as contas e verificar que não há mais risco para o arcabouço e para a meta. A dinâmica, porém, está na contramão, com arrecadação menor do que o esperado e gastos obrigatórios cada vez maiores, especialmente com benefícios previdenciários e assistenciais.

A equipe econômica quer transformar o congelamento em cortes definitivos.

**RESPOSTAS.** Procurado, o Ministério do Planejamento e Orçamento afirmou que o empenho é "uma etapa normal da execução orçamentária e do próprio funcionamento da máquina pública". A pasta disse ainda que o valor da contenção por órgão será estabelecido no decreto. Depois disso, cada ministério terá até o dia 6 de agosto para decidir onde vai aplicar o congelamento.

O Estadão procurou os ministérios que realizaram os maiores volumes de empenhos na última semana. O Ministério dos Transportes afirmou que o valor empenhado estava previsto pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) e não se relaciona ao plano de congelamento.

"O Ministério dos Transportes informa que aguarda o decreto e a divulgação oficial sobre o valor do contingenciamento referente à pasta, sem informações prévias a oferecer neste momento", disse.

Os ministérios da Educação, das Cidades e da **Previdência Social** afirmaram que os empenhos correspondem ao andamento das ações e obras dos órgãos.

"Após conhecer o valor do contingenciamento, o ministério irá analisar e reprogramar suas despesas", afirmou o Ministério das Cidades.

O Ministério de Portos e Aeroportos e o Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional não comentaram os valores gastos, mas informaram que também aguardam o decreto para avaliar os impactos do congelamento. As outras pastas não se manifestaram.

PROPOSTA. A equipe econômica quer liberdade para cortar integralmente as despesas que serão bloqueadas e tirá-las do Orçamento para dar suporte ao crescimento dos gastos obrigatórios. O presidente Lula enviou um projeto de lei ao Congresso neste mês pedindo essa autorização. Hoje, a lei orçamentária autoriza cortar apenas 30% das programações para cobrir as despesas obrigatórias.

O Ministério do Planejamento afirmou que a proposta tem a finalidade de facilitar a adequação orçamentária, "uma vez que as dotações bloqueadas devem ser utilizadas para atendimento de despesas obrigatórias".

O congelamento deverá afetar, principalmente, a manutenção do dia a dia dos ministérios e dos órgãos federais.

Além disso, custeio de serviços de saúde, bolsas de ensino, programa de escola integral, Auxílio Gás, obras em rodovias, Minha Casa, Minha Vida e o Farmácia Popular poderão ser alvos da "tesourada".

Até a última sexta-feira, o governo tinha R\$ 57,2 bilhões em despesas não obrigatórias que ainda não haviam sido empenhadas e que poderão ser congeladas - o equivalente a 35% do Orçamento do ano inteiro. Tirando os pisos de Saúde e Educação, sobravam R\$ 28,9 bilhões.

Algumas ações de Saúde e Educação não são classificadas tecnicamente como obrigatórias, mas acabam sendo rígidas pois servem para atingir os mínimos.

Então, mesmo que o governo bloqueie essa parcela, precisará liberar os valores até o fim do ano para cumprir os pisos.

Verbas Um dia após anúncio de contenção, ministérios empenharam R\$ 3,4 bi em 24 horas, recorde no ano

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Crise fiscal exigirá ações mais duras para país fechar 2024 com déficit zero (Editorial)

O tamanho da dívida brasileira é elevado, cresce a cada ano e exige mudança na gestão das contas públicas. Enquanto o governo gastar mais do que arrecada, o problema não desaparecerá. Sem uma solução, a economia seguirá a tendência de baixo crescimento, com a **inflação** pressionada para cima. Mesmo com um aumento das receitas da ordem de 9%, o primeiro semestre fechou com um rombo de R\$ 68,6 bilhões, devido ao aumento em ritmo maior dos gastos. Foi o terceiro pior resultado da série histórica iniciada em 1997. Para cumprir as promessas de ajuste, o governo precisará se dedicar mais à tarefa de cortar despesas.

Está claro que o congelamento de R\$ 15 bilhões determinado no Orçamento deste ano não será suficiente para fechar 2024 com déficit zero. Com apenas essa medida, o governo acabaria 2024 com um rombo de R\$ 28,8 bilhões. O montante está na margem de tolerância da regra fiscal, que permite uma variação de 0,25% do **PIB** para mais ou para menos. Mas mirar esse objetivo confirmaria a impressão de que o governo está mais preocupado em gastar do que em estancar o crescimento da dívida pública. Pela credibilidade do novo arcabouço fiscal, é preciso que busque o centro da meta. Se falhar já no primeiro ano, será muito mais árduo conquistar a confiança em 2025 e 2026.

Em pronunciamento em cadeia de rádio e TV, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva voltou a afirmar que não abrirá mão da responsabilidade fiscal. Embora positiva, a declaração teve pouco efeito. De agora ao final de dezembro, a atenção estará em anúncios concretos de cortes. O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, tem sido o fiador de políticas destinadas a equilibrar as contas. Depois de participar no Rio de encontro do G20, Haddad disse que a decisão sobre novos contingenciamentos será divulgada a cada avaliação bimestral das contas públicas.

Alguns planos foram anunciados para atacar problemas específicos, como é o caso do Benefício de Prestação Continuada (BPC), um salário mínimo mensal para a população de baixa renda com idade igual ou superior a 65 anos, ou para quem tem alguma deficiência. Como no primeiro semestre o BPC distribuiu um valor muito superior ao do mesmo período de 2023, o governo decidiu recadastrar os

beneficiários. Precisa fazer o mesmo com outros programas, mas é improvável que tais revisões sejam suficientes para tapar o buraco.

A situação exige decisões mais corajosas. É urgente mudar a regra que vincula o aumento das despesas em saúde e educação ao crescimento das receitas. Outra medida é desvincular os benefícios previdenciários do salário mínimo, agora com reajustes acima da **inflação**. Há fatores demográficos em ação. Com o envelhecimento da população, crescem o número de aposentados e as despesas do **INSS**. Uma resposta mais duradoura deve incluir uma nova reforma previdenciária.

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# Dívida pública aumenta e atinge 77,8% do PIB

**MANOEL VENTURA** [manoel.ventura@bsb.oglobo.com.br](mailto:manoel.ventura@bsb.oglobo.com.br)  
**BRASÍLIA**

A dívida bruta do governo atingiu em junho 77,8% do Produto Interno Bruto (**PIB**), o maior nível desde novembro de 2021. Foi um aumento de 1,1 ponto percentual em apenas um mês. No ano, a alta acumulada da dívida é de 3,4 pontos percentuais do **PIB**.

O indicador reúne as dívidas de União, estados e municípios. É considerado o principal número da solvência das contas públicas do país, sendo acompanhado de perto por investidores e especialistas.

Desde 2023, no governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a dívida pública avançou 6,1 pontos percentuais, chegando a R\$ 7,068 trilhões.

Pelas projeções do próprio governo federal, a dívida continuará subindo até 2027, quando alcançará 79,7% do **PIB**, para só então começar a cair lentamente até 74,5% do **PIB** em 2034 - ainda assim, um patamar semelhante ao observado ao término de 2023 (74,4% do **PIB**). Especialistas afirmam que esse percentual é elevado, acima dos níveis registrados por outros países em desenvolvimento como o Brasil, na casa de 60% do **PIB**.

## PAGAMENTO DE JUROS

A dívida aumentou no mês passado por causa da emissão de títulos, da desvalorização do real, dos juros e do aumento do déficit federal.

Pela metodologia do Banco Central, o setor público consolidado brasileiro fechou o primeiro semestre deste ano com um déficit primário (receitas menos despesas, com exceção de pagamento de juros) de R\$ 43,4 bilhões (o equivalente a 0,78% do **PIB**).

Quando o pagamento de juros entra na conta, o chamado déficit nominal sobe para R\$ 498 bilhões em 2024, ou 8,9% do **PIB**.

O resultado engloba o governo federal, os estados, os municípios e as empresas estatais -com exceção de Petrobras e bancos.

De acordo com os números do BC, o déficit primário mais que dobrou em relação ao primeiro semestre de 2023, quando o rombo estava em R\$ 20,4 bilhões. O resultado negativo no semestre passado foi o maior para o período desde 2020, no auge da pandemia de Covid-19.

Para a meta de resultado das contas públicas é considerado apenas o resultado primário do governo federal (Tesouro Nacional, BC e **INSS**). E, nesse recorte, o número é ainda pior: um rombo de R\$ 70,6 bilhões no primeiro semestre deste ano, ou 1,2% do **PIB**.

A meta do governo federal é chegar a um déficit zero. O arcabouço fiscal permite, porém, que esse resultado varie até um déficit de 0,25% do **PIB**.

Em relatório, o Goldman Sachs destacou que colocar a dinâmica da dívida em uma tendência estrutural de queda continua sendo um desafio macroeconômico fundamental do Brasil. Isso exigiria superávits acima de 2% do **PIB**, o que é improvável no curto prazo, afirma o texto.

## POLÍTICA EXPANSIONISTA

"A política fiscal claramente expansionista e a relutância em controlar os gastos minam severamente a credibilidade das metas fiscais, incluindo o saldo primário zero para 2024. Além disso, uma âncora fiscal fraca e não confiável contribui para manter as expectativas de **inflação** de médio prazo desalinhadas da meta de 3% e reduz significativamente os graus de liberdade para o Banco Central adotar uma postura monetária menos restritiva", diz o relatório.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>



# Lupi defende política de redução do juro do crédito consignado

**CAROLINA NALIN** [carolina.nalin@oglobo.com.br](mailto:carolina.nalin@oglobo.com.br)

O ministro da **Previdência Social**, Carlos Lupi, defendeu ontem a continuidade da política de redução da taxa de juros do crédito consignado para aposentados e pensionistas. Desde março do ano passado, o ministério já realizou oito cortes no teto dos juros desta modalidade (hoje está em 1,66% ao mês). Segundo Lupi, a orientação é não haver aumento no teto de juros do consignado.

-A política governamental é a de não ter aumento da taxa de juros do consignado para aposentados e pensionistas e, se possível, até uma diminuição, para favorecer quem mais precisa no seu momento mais difícil - afirmou Lupi a jornalistas após participar de evento do IBGE, no auditório da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

Como O GLOBO mostrou ontem, o Ministério da Previdência e os bancos têm visões diferentes sobre os financiamentos do consignado do **INSS**.

Dados da Federação Brasileira de Bancos (Febraban) indicam que a concessão de novos financiamentos caiu 11% neste ano.

O Ministério da Previdência, no entanto, rebate afirmando que houve redução apenas nas novas operações de crédito com margem livre e aumento em refinanciamento e portabilidade.

Lupi avalia que os aposentados e pensionistas já comprometem boa parte da renda com o consignado, o que minimiza o impacto da redução dos juros sobre o retorno dos bancos.

Já as instituições financeiras argumentam que a oferta desse tipo de crédito caiu por conta do aumento do custo de captação do dinheiro, que subiu seguindo a curva de juros futuros.

- Quando é conveniente, quando (os juros) aumentam, eles (os bancos) acham que é bom. Quando a Taxa (Selic) começa a baixar ou estabiliza, eles não acham bom. Eu quero entender isso. Tenho dificuldade de entender essa duplicidade, essa interpretação -disse Lupi.

PENTE-FINO EM BENEFÍCIOS

Lupi afirmou ontem que já foram realizadas mais 30 mil verificações de benefícios temporários do **INSS** - incluindo o auxílio por incapacidade temporária (auxílio-doença). Ele espera que o pente-fino chegue a 800 mil perícias médicas presenciais até o fim do ano.

- Nosso grande desafio atualmente é evitar as fraudes. Tem muita gente que fraudava a **Previdência Social**, fraudava o BPC-Loas (Benefício de Prestação Continuada - Lei Orgânica da Assistência Social) para obter benefícios indevidos - afirmou o ministro.

Lupi não detalhou o impacto financeiro da iniciativa, mas garantiu que haverá economia significativa para os cofres públicos.

- Esperamos, na parte da perícia médica, a verificação de 800 mil beneficiários temporários por algum tipo de doença até o final do ano. Já fizemos 30 mil verificações iniciais nas primeiras semanas. Nossa intenção é fazer as 800 mil presencialmente. Se a pessoa continuar tendo direito ao benefício por algum tipo de incapacidade, temporária ou permanente, continuará recebendo. Se não tiver, será suspensa até o fim do ano - afirmou o ministro.

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# Dívida bruta sobe para o maior nível desde 2021

**Gabriel Shinohara e Alex Ribeiro De Brasília e São Paulo**

A Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG) atingiu o maior patamar desde novembro de 2021 ao subir para 77,8% do Produto Interno Bruto (**PIB**) em junho. Só no primeiro semestre, o indicador teve alta de 3,4 pontos percentuais (p.p.) depois de terminar 2023 em 74,4% do **PIB**.

Nesse patamar, a dívida bruta chegou a R\$ 8,7 trilhões, acima dos R\$ 8,1 trilhões registrados em dezembro de 2023. Para explicar o aumento na relação dívida e **PIB** este ano, os dados do Banco Central (BC) publicados nesta segunda-feira, 29, mos-

tram dois fatores preponderantes - a incorporação de juros nominais e a emissão de dívida. Por outro lado, o efeito crescimento do **PIB** reduziu a alta. Como o **PIB** é o denominador do cálculo, quando ele sobe, o impacto é de diminuição do indicador.

Luis Otávio Leal, economista-chefe da G5 Partners, aponta que o pagamento de precatórios extraordinários e o gasto com a catástrofe ambiental no Rio Grande do Sul contribuíram para a alta no indicador. Além disso, houve a contribuição da desvalorização cambial e aumento de gastos com juros. Para o restante do ano, o economista espera uma valorização do real e "isso pode minimizar um pouco o impacto da piora fiscal e a nossa projeção é de que fechamos ao ano em 79% do **PIB** na DBGG".

A economista-chefe do Inter, Ra-faela Vitória, aponta alguns fatores para a alta na dívida, como a "baixa credibilidade do novo arcabouço" que impacta os juros, o déficit primário e a desvalorização cambial. "A rápida elevação da dívida pública confirma a expectativa de deterioração da situação fiscal do país, o que é bastante atípico para um período de crescimento elevado do **PIB** e alta na arrecadação", disse.

O déficit primário também aumentou neste ano em comparação com 2023. No primeiro semestre, o déficit do setor público consolidado chegou a R\$ 43,4 bilhões, ou 0,78% do **PIB**, estimado para o período. No ano passado, estava em 0,39% do **PIB** no mesmo período.

O chefe do departamento de estatísticas do BC, Fernando Rocha, ressaltou que o crescimento no déficit "ficou concentrado no governo central". No ano passado, o déficit no governo central foi de R\$ 42,3 bilhões no primeiro semestre, e em igual período deste ano chegou a R\$ 70,6 bilhões.

O resultado deste ano foi composto por um déficit do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) de R\$ 198,2 bilhões e outro resultado negativo do BC, mas de R\$ 269 milhões. Já o governo federal contribuiu com superávit de R\$ 127,9 bilhões.

Rafaela Vitória, do Inter, apontou que a principal razão para a alta no déficit é um "forte aumento dos gastos". A economista afirmou que as despesas obrigatórias tiveram forte crescimento no ano com aumento do número de benefícios e impacto da alta real no salário mínimo nos benefícios vinculados. "Como não esperamos mudança no comportamento das despesas obrigatórias no curto prazo, e as taxas de juros continuam em patamar elevado impactando as emissões do Tesouro, a dívida pública e a dívida líquida devem continuar subindo ao longo do segundo semestre", disse.

Já na conta dos governos regionais houve superávit de R\$ 33,2 bilhões no primeiro semestre. No ano passado, o superávit foi um pouco menor, de R\$ 25,3 bilhões. Já no caso das empresas estatais, o déficit em 2024 foi de R\$ 6 bilhões, contra R\$ 3,3 bilhões entre janeiro e junho de 2023. O número não considera empresas do grupo Petrobras e a Eletrobras.

A conta de juros e o déficit nominal também integram as estatísticas fiscais e tiveram alta neste primeiro semestre. No caso dos juros, o resultado foi de R\$ 454,8 bilhões (8,13% do **PIB**), acima dos R\$ 337,3 bilhões (6,38% do **PIB**) do primeiro semestre de 2023. Rocha, do BC, explica que a conta teve grande impacto das operações de swap cambial, que trouxe resultados negativos neste ano por conta da desvalorização cambial, que chegou a 14,8% no primeiro semestre.

Com isso, o déficit nominal, que considera os juros e o resultado primário, chegou a R\$498,2 bilhões até junho contra R\$ 357,7 bilhões no mesmo período do ano passado. No acumulado em 12 meses, o déficit

chegou a R\$1,1 trilhão (9,92% do **PIB**).

**Site:**

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187942?page=1  
&section=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187942?page=1&section=1)**

# Valor de aposentadorias recua, mas se mantém acima da OCDE

**Edna Simão**

Com a reforma da previdência, a chamada taxa de reposição-indicador que mostra quanto o trabalhador mantém de sua renda após a aposentadoria - caiu de 92,1% em 2019 para 88,4% no ano passado. O patamar continua alto se comparado ao de países da OCDE, porém, a tendência é de queda gradual, conforme especialistas em **Previdência Social**. Na OCDE, trabalhadores se aposentam com benefício médio equivalente a 50,7% do último salário recebido.

Os dados constam de levantamento elaborado pelo economista e relações institucionais da Polo Capital, Arnaldo Lima, com base nos dados da OCDE. Pelo diagnóstico, quando maior a taxa de reposição, menor a acumulação de ativos previdenciários em relação ao **PIB**. Atualmente, os ativos de previdência aberta e fechada no Brasil somam 26% do **PIB** enquanto a média da OCDE é de 49,3%.

Um dos principais objetivos da reforma previdenciária, promulgada em novembro de 2019, era justamente baixar o valor da aposentadoria em relação ao salário da ativa. Para isso, foi aprovada alteração na fórmula de cálculo do benefício. Na prática, o brasileiro hoje tem um benefício menor e precisa ficar mais tempo no mercado de trabalho. Mesmo com o ajuste, a expectativa é de que as despesas previdenciárias continuem crescendo, fortalecendo a preocupação de especialistas ouvidos pelo Valor sobre a necessidade de uma nova reforma da previdência no curto prazo. A projeção do governo de déficit com pagamento de aposentadorias e pensões do **INSS** é de R\$ 272,55 bilhões em 2024.

"A tendência é que, passado o período das regras de transição estabelecidos pela reforma, a taxa de reposição efetiva no Brasil caia ano após ano, aproximando-se dos valores observados nos países desenvolvidos", explicou Lima. "A taxa efetiva deve chegar a algo em torno de 60% após a transição para quem ganha acima do salário mínimo", complementou.

O economista ressaltou que não há como se estimar uma taxa de reposição ideal pois as regras de aposentadorias dos países são diferentes, mas o percentual não pode comprometer a sustentabilidade da previdência e, ao mesmo tempo, precisa ser suficiente para sustento dos trabalhadores quando

perderem a capacidade laborativa. "Logicamente, os atuais 88,4% do sistema público é um tanto quanto benevolente, mas o Chile (37,1%), por exemplo, não é uma boa referência para gente", explicou.

O professor associado da Faculdade de Economia e Administração da USP (FEA/USP) Luis Eduardo Afonso acrescenta que a taxa de reposição deve ser analisada com cautela, pois varia conforme o regime previdenciário em que o trabalhador se enquadra, por exemplo, se é servidor público ou não. Um ponto a ser considerado é que no RGPS, por exemplo, a taxa de reposição é elevada para os aposentados de renda mais baixa e menor para quem ganha mais. "A taxa de reposição é ainda alta no Brasil, mas a reforma da previdência de 2019 está atingindo seu objetivo de reduzir", afirmou Afonso. "No Brasil, se fez a escolha da adequação (garantir reposição de renda na aposentadoria) e isso afeta a sustentabilidade devido à dificuldade de pagar o benefício."

O especialista em políticas públicas Rogério Nagamine Costanzi reforçou que o patamar da taxa no Brasil está diretamente relacionado à garantia de recebimento do salário mínimo. Ou seja, se o aposentado recebe um salário mínimo, a reposição é de 100% e, se houver ganho real, será maior que isso. Segundo dados do Ministério da Previdência, 64% dos benefícios emitidos pelo Regime Geral de **Previdência Social** (RGS) em maio correspondiam a um mínimo.

O levantamento da Polo Capital faz ainda uma ilação entre a taxa de reposição e o potencial de crescimento da previdência privada. Países da OCDE com taxa de reposição menor têm ativos previdenciários maiores em relação ao **PIB**. No Brasil, a taxa de reposição era de 88,4% em 2023 e os ativos correspondiam a 26% do **PIB**. Na OCDE, os percentuais eram de 50,7% e 49,3%, respectivamente.

O estudo ainda reforça que mais de 70% dos ativos previdenciários no país estão aplicados em renda fixa. De acordo Lima, esse comportamento é explicado, em grande medida, pela elevada taxa de juros reais. Na comparação com os países da OCDE, apenas a República Checa direciona mais recursos para essa modalidade de investimento (81,8%). Só para se ter uma ideia, os Estados Unidos concentram apenas 19% em renda fixa.

"O que determina a alocação dos investidores é taxa real de juros, que leva em conta tanto a Selic quanto às expectativas de **inflação**. De nada adiantará reduzir a Selic se os investidores entenderem que o risco inflacionário aumentará", explicou o economista.

Segundo ele, se os investidores tiverem uma maior previsibilidade dos seus investimentos, a diversificação de produtos financeiros aumentará substancialmente porque os poupadores exigirão dos gestores uma maior rentabilidade dos seus investimentos para terem uma taxa de reposição adequada, sabendo que a previdência privada complementa a pública.

Para Lima, o Brasil ainda precisa superar vários desafios fiscais para que a taxa de juros reais seja compatível com os observados nos países mais avançados. "A sustentabilidade das contas públicas brasileiras no médio prazo é factível, especialmente porque já enfrentamos o maior deles: a aprovação da reforma da previdência. Logicamente, novos aperfeiçoamentos previdenciários precisam ser feitos continuamente", destacou, defendendo a necessidade da aprovação de uma reforma administrativa.

"A taxa efetiva deve chegar a algo em torno de 60% após a transição" Arnaldo Lima

**Site:**

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187942?page=1  
&section=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187942?page=1&section=1)**

# Pochmann diz que Lula garante verba para IBGE

**Alessandra Saraiva Do Rio**

O presidente do IBGE, Mareio Pochmann afirmou nesta segunda-feira (29) que conversou por telefone com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) na semana passada e que o presidente te-ria garantido recursos para as pesquisas do instituto este ano.

O presidente Lula teria dito que "nós teríamos recursos necessários para poder fazer à frente tanto as pesquisas conjunturais quanto as pesquisas novas que nós estamos dispostos a fazer" disse. Pochmann citou especificamente duas pesquisas programadas para começar este ano: o Censo Agropecuário e a Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF).

Há cerca de um mês o presidente do IBGE deu declarações sobre a possível falta de recursos poderia comprometer andamento de pesquisas do instituto. Na ocasião, ele informou que tinha orçamento de quase de R\$ 2,7 bilhões para o ano, mas os recursos ainda não tinham sido liberados.

Nesta segunda, Pochmann informou que o instituto está aguardando a confirmação de recursos via "Diário Oficial". Mas pontuou que a programação da elaboração de pesquisas "segue, porque nos foi garantido de que haveria recurso", disse.

Ele deu as declarações após participar de abertura da Conferência Nacional do Agentes Produtores e Usuários de Dados. Na ocasião, chancelou uma série de convênios com diversas instituições, como **Previdência Social** e Universidade Estadual do Rio de Janeiro (Uerj) para futuras parcerias em trabalhos de elaboração de dados.

O ministro da **Previdência Social**, Carlos Lupi, e Pochmann, assinaram Acordo de Cooperação Técnica (ACT) para geração de estudos estatísticos sobre a seguridade no Brasil. A ideia seria fazer, por meio da parceria, mapeamento de dados de sistemas públicos, como o Boletim Estatístico da **Previdência Social** (BEPS), os anuários estatísticos e o Censo Demográfico. Após esse mapeamento, seriam desenvolvidas análises demográficas com projeções detalhadas sobre o envelhecimento da população, taxas de natalidade, mortalidade e migração, bem como estudos atuariais relacionadas à sustentabilidade dos sistemas previdenciários,

considerando diferentes cenários, como o econômico.

Pochmann aproveitou para reiterar planos do IBGE de coordenar centralização de dados público, por meio do Sistema Nacional de Geociências, Estatística e Dados. Disse que o sistema tem potencial de juntar informações de diferentes bancos de dados públicos.

**Site:**

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187942?page=1&section=1>

# Lupi nega revisão em teto de juro de consignado

O ministro da **Previdência Social**, Carlos Lupi, afirmou nesta segunda-feira, 29, que não há previsão de reavaliação do teto de juros para empréstimos consignados a pensionistas do **INSS**.

Ele fez a declaração ao ser confrontado com informações do jornal "O Globo", de recente levantamento da Federação Brasileira dos Bancos (Febraban) com dados da Dataprev. No estudo, a entidade aponta recuo de 11% no volume financeiro de novos empréstimos com margem livre no ano até maio, ante igual período de 2023.

Lupi comentou que a pesquisa "só considera empréstimos novos". Ele disse que, quando um tomador refinancia empréstimos, no entendimento dele, "é um novo empréstimo".

Segundo ele, não há previsão de reavaliação de teto de juros. "Inclusive porque, a pedido da federação de bancos, na reunião do conselho, eles pediram muito para que a gente combinasse isso com as decisões do Copom do Banco Central", afirmou. O ministro ponderou que, no cálculo de juros para consignado, sempre é preciso considerar o patamar da taxa básica de juros (Selic).

Lupi é presidente do Conselho Nacional de **Previdência Social** (CNPS). Em maio, o conselho anunciou aprovação de redução do teto de juros do consignado do **INSS** de 1,68% para 1,66% ao mês. Foi a sétima redução da taxa máxima. No caso das contratações feitas através de cartão de crédito consignado a taxa, que estava em 2,49% ao mês, reduziu para 2,46%. Na ocasião, o governo anunciou que o objetivo das novas taxas era de acompanhar, proporcionalmente, os cortes na Selic. A mais recente redução foi em 8 de maio, de 10,75% para 10,50% ao ano.

Lupi reiterou também decisão de rever, por parte do ministério, de 800 mil benefícios, como o auxílio-doença (auxílio por incapacidade temporária, no nome técnico). A decisão de realizar o "pente-fino" já tinha sido anunciada pelo ministro, no início de julho. "Já fizemos 30 mil iniciais nessas primeiras semanas", afirmou.

O ministro deu as declarações após participar de abertura da Conferência Nacional do Agentes

Produtores e Usuários de Dados, nesta segunda-feira (29) no Rio de Janeiro. Na ocasião, o ministro e o presidente do IBGE, Mareio Pochmann, formalizaram também Acordo de Cooperação Técnica (ACT), para geração de estudos estatísticos sobre a seguridade no Brasil.

Bancos pediram que revisão do teto fosse condicionada à fixação da Selic Carlos Lupi

**Site:**

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187942?page=1&section=1>

# Não há previsão de reavaliação

O ministro da **Previdência Social**, Carlos Lupi, descartou reavaliar o teto de taxa de juros para novos empréstimos consignados a aposentados e pensionistas do **INSS**. "A política de não ter aumento da taxa de juros e, se possível, até diminuição, é uma política governamental para favorecer quem mais precisa, no seu momento mais difícil, que são os aposentados e os pensionistas", disse, descartando a reavaliação da taxa máxima.

Desde março de 2023, negociações encabeçadas pela pasta de Lupi resultaram em reduções consecutivas do máximo de juros cobrados na modalidade, que hoje estão em 1,66% ao mês ou 21,84% ao ano.

Mas, de acordo com informações publicadas na imprensa, o volume de novos empréstimos na modalidade sofreu recuo, o que seria consequência do limite para os juros. Indagado sobre eventual previsão de reavaliação do teto da taxa, negou qualquer previsão nessa direção



# Apenas 5% dos beneficiários usam o aplicativo Meu INSS

Brasília - Dados da Assessoria Previdenciária do Brasil (APB) revelam que 95% dos aposentados e pensionistas desconhecem suas informações previdenciárias. Apenas 5% dessas pessoas sabem suas senhas de acesso ao aplicativo Meu **INSS** - utilizado para acessar os serviços do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**).

No aplicativo Meu **INSS** o beneficiário pode acessar dezenas de serviços, extratos e informações previdenciárias, como o valor do benefício, espécie e número do benefício no **INSS**, bem como informações sobre o banco responsável pelo pagamento. A ferramenta do governo federal pode ser acessada por computador, site ou celular, cujo aplicativo é compatível com dispositivos com sistemas Android e iOS.

O advogado fundador do Instituto Previdência e Cidadania, de Brasília (DF), Felipe Bocayuva, aponta quais são os prejuízos da falta de conhecimento da senha do Meu **INSS** e avalia que a desinformação sobre esse dado fragiliza o acesso às informações do próprio aposentado ou pensionista.

"Os prejuízos de não conhecer os próprios dados, os próprios acessos, as próprias situações, são o bloqueio, o impedimento dessa pessoa desse aposentado em conseguir acessar suas informações, em conseguir ter acesso e se empoderar das informações que são dele mesmo, dessa própria pessoa", diz Bocayuva.

O especialista destaca que saber a senha do Meu **INSS** contribui para o beneficiário acessar os serviços ofertados pelo **INSS** de casa, sem precisar se locomover às agências credenciadas.

"Saber a senha e saber o login do sistema Meu **INSS** é extremamente importante, justamente para que o segurado ou o aposentado, o usuário do **INSS** tenha acesso aos serviços do **INSS** primeiramente e, ainda, ter acesso aos seus próprios documentos, carta de concessão de aposentadoria, carta de concessão do seu benefício, o seu extrato de contribuições previdenciárias, simulações de benefício, solicitações de atualizações de cadastro, prova de vida à distância, da sua própria casa, do seu próprio lar, a todo aparato, a todo conglomerado de serviços do **INSS**", ressalta Bocayuva.

O especialista aponta que as dificuldades com as novas tecnologias podem distanciar os aposentados do acesso ao Meu **INSS**, porém, segundo ele, confiar os dados a uma pessoa de confiança é uma alternativa.

O acesso ao Meu **INSS** é feito por meio do cadastro da conta gov.br. O interessado deve fazer login no site, informando o número de CPF e a senha criada anteriormente. Caso não lembre a senha, Felipe Bocayuva explica que a recuperação dos dados previdenciários pode ser feita em alguma agência do **INSS** ou no próprio site.

Golpes e fraudes - A advogada especialista em direito previdenciário, Vivian Mendes, de Santos (SP), pontua que outro risco de não saber o login do aplicativo Meu **INSS** é de o usuário ser vítima de empréstimos feitos por terceiros.

"Os prejuízos de não conhecer os dados previdenciários em relação às pessoas que já são aposentadas e pensionistas, está basicamente em poder sofrer algum empréstimo consignado, em ter os seus dados vazados para utilização em abertura de contas, financiamentos, alguma coisa nesse sentido, utilizando-se os dados que estão disponíveis na plataforma do meu **INSS**", salienta Vivian Mendes.

Ela reforça a importância de se ter cuidado com os próprios dados previdenciários, já que um dos golpes mais comuns contra aposentados é o empréstimo consignado. Inclusive, por meio do **INSS** é possível acessar os extratos de pagamento.

"Se esse empréstimo tiver uma parcela pequena de desconto, às vezes a pessoa nem percebe que vem sendo descontado no seu benefício. Quando vai ver detalhadamente é que verifica a existência de um empréstimo consignado, que não foi por ela requerido. Então, esse é o principal golpe, o principal prejuízo que a gente vê em relação aos aposentados", afirma a advogada. (Brasil 61) %

Site: <https://publisher.diariodocomercio.com.br/central-do-leitor/digital/>

# Governo vai revisar 800 mil benefícios até o fim do ano

**Carolina Nalin** [carolina.nalin@oglobo.com.br](mailto:carolina.nalin@oglobo.com.br)

O ministro da **Previdência Social**, Carlos Lupi, afirmou ontem que já foram realizadas mais 30 mil verificações de benefícios temporários do **INSS** - incluindo o auxílio por incapacidade temporária (auxílio-doença). Ele espera que o pente-fino chegue a 800 mil perícias presenciais até o fim do ano.

- O grande desafio hoje é evitar as fraudes. Tem muita gente que fraudava a **Previdência Social**, fraudava o BPC-Loas (Benefício de Prestação Continuada - Lei Orgânica da Assistência Social) para ter benefícios indevidos - disse Lupi.

O ministro não detalhou o impacto financeiro da iniciativa, mas garantiu que haverá economia significativa para os cofres públicos: - Esperamos, na parte da perícia médica, a verificação de 800 mil beneficiários temporários por algum tipo de doença até o final do ano.

Já fizemos 30 mil verificações iniciais nas primeiras semanas, A nossa intenção é fazer as 800 mil presencialmente.

Se a pessoa continuar tendo direito ao benefício por algum tipo de incapacidade, temporária ou permanente, continuará recebendo.

Se não tiver, será suspensa até o fim do ano.

Lupi defendeu a continuidade da política de redução da taxa de juros do crédito consignado para aposentados e pensionistas. Desde março do ano passado, o ministério já realizou oito cortes no teto dos juros desta modalidade (hoje, está em 1,66% ao mês). Segundo Lupi, a orientação é não ter mais aumento.

- A política governamental é de não haver aumento da taxa de juros do consignado para aposentados e pensionistas e, se possível, até uma diminuição, para favorecer quem mais precisa no seu momento mais difícil - disse Lupi a jornalistas após participar de evento do IBGE. no auditório da Uerj, no Rio.

O Ministério da Previdência e os bancos têm visões diferentes sobre os financiamentos do consignado do **INSS**.

Dados da Federação Brasileira de Bancos (Febraban) indicam que a concessão de novos financiamentos caiu 11% neste ano, mas o ministério rebate dizendo que houve redução apenas nas novas operações de crédito com margem livre e aumento em refinanciamento e portabilidade.

**EMBATE COM BANCOS** Lupi avalia que os aposentados e pensionistas já comprometem boa parte da renda com o consignado, o que minimiza o impacto da redução dos juros sobre o retorno dos bancos. Já as instituições financeiras argumentam que a oferta deste tipo de crédito caiu por conta do aumento do custo de captação do dinheiro, que subiu seguindo a curva de juros futuros.

- Quando é conveniente, quando (os juros) aumentam, eles (os bancos) acham que é bom. Quando a taxa (Selic) começa a baixar ou estabiliza, eles não acham bom.

Eu quero entender isso. Tenho dificuldade de entender essa duplicidade, essa interpretação - disse Lupi.

**Site:** <https://extra-globo.pressreader.com/extra>

# INSS quer passar pente-fino em até 850 mil benefícios até dezembro

O Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) pretende verificar os cadastros de, aproximadamente, 850 mil beneficiários temporários (o antigo auxílio-doença) até dezembro de 2024, disse nessa segunda-feira (29) o ministro da **Previdência Social**, Carlos Lupi. Esse tipo de operação, chamada de pente-fino, busca conferir se as pessoas têm mesmo direito a seguir com os benefícios.

Conforme Lupi, o trabalho mira auxílios temporários que estão há dois anos ou mais sem verificação. "Muitos não comunicam à Previdência [as informações atualizadas] porque querem continuar recebendo mesmo estando trabalhando", declarou o ministro durante entrevista a jornalistas no Rio de Janeiro.

"Estamos fazendo, através do Ministério da **Previdência Social**, através da nossa parte da perícia médica, uma verificação até o final do ano, mais ou menos, de 800 mil a 850 mil beneficiários temporários com algum tipo de doença, algum tipo de atendimento que teve, verificando se estão ainda com essa doença, se estão merecedores ainda do benefício para continuar ou não pagando", completou.

As declarações ocorreram após o ministro ser questionado sobre a revisão cadastral iniciada pelo Governo Federal na semana passada com foco no Benefício de Prestação Continuada (BPC), pago pelo **INSS** a pessoas idosas, a partir de 65 anos de idade, ou pessoas com deficiência em famílias consideradas vulneráveis. Lupi disse que o Ministério do Desenvolvimento Social está trabalhando para fazer uma "fotografia" do BPC e o recadastramento de beneficiários.

"Nosso grande desafio hoje é evitar fraudes. Tem muita gente que fraudava a **Previdência Social**, que fraudava o BPC, para ter benefícios indevidos", afirmou Lupi. Pela manhã de ontem, o ministro participou de conferência organizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

Lupi assinou acordo de cooperação técnica com o presidente do IBGE, economista Marcio Pochmann, para a geração de dados relacionados à área da **seguridade social** no Brasil. "Estamos pegando, com esse convênio, um rumo para fazer a previsão da Previdência de amanhã. Precisamos ter essa

fotografia real do povo brasileiro", declarou Lupi.

A conferência do IBGE se estende até sexta-feira (2) e tem como tema o que o órgão chama de "soberania nacional em geociências, estatísticas e dados". Segundo o Instituto, a intenção é discutir "riscos e oportunidades do Brasil na era digital".

Pochmann voltou a defender a ideia de que o IBGE precisa atuar como grande coordenador de estatísticas no país, o que significaria integrar diferentes bases de informações, inclusive registros administrativos (dados cadastrais de órgãos públicos). Para isso, o economista planeja a criação do Sistema Nacional de Geociências, Estatísticas e Dados (SINGED).

Segundo Pochmann, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) reafirmou que não faltará verba para o IBGE realizar as pesquisas. Em junho deste ano, porém, o economista havia dito que os trabalhos eram ameaçados por restrições financeiras.

"Muitos não comunicam à Previdência, porque querem continuar recebendo mesmo estando trabalhando. Estamos fazendo uma verificação até o final do ano, mais ou menos, de 800 mil a 850 mil beneficiários temporários com algum tipo de doença, algum tipo de atendimento que teve, verificando se estão ainda com essa doença, se estão merecedores ainda do benefício para continuar ou não pagando"

Carlos Lupi - ministro da Previdência

Site: [https://oestadoce.com.br/digital/30-07-2024-edicao-24882/#google\\_vignette](https://oestadoce.com.br/digital/30-07-2024-edicao-24882/#google_vignette)

# Dívida pública bruta do país chega a 77,8% do PIB; entenda

A dívida bruta do Brasil subiu para 77,8% do **PIB** em junho, registrando um aumento de 1,1 ponto percentual em comparação ao mês anterior, segundo dados divulgados pelo Banco Central nesta segunda-feira (29). Este é o maior nível desde novembro de 2021, quando o indicador estava em 78,2% do **PIB**. No acumulado do ano, a dívida aumentou 3,4 pontos percentuais, atingindo R\$ 8,7 trilhões no mês passado.

A dívida bruta, que inclui as obrigações do governo federal, **INSS** e governos estaduais e municipais, é um indicador crucial para investidores que avaliam a sustentabilidade das finanças públicas. A alta mensal foi impulsionada por juros nominais (0,6 ponto percentual), emissões líquidas (0,6 ponto) e desvalorização cambial (0,3 ponto), parcialmente compensada pela redução de 0,4 ponto percentual no **PIB** nominal. Projeções do Executivo indicam que a dívida bruta continuará a subir até 2027, alcançando 79,7% do **PIB**, antes de começar uma lenta redução até 74,5% em 2034.

## Endividamento

A dívida líquida, que desconta os ativos do governo, atingiu 62,2% do **PIB** em junho, somando R\$ 6,9 trilhões, um aumento de 0,1 ponto percentual. Este é o maior nível desde setembro de 2002, quando estava em 62,4% do **PIB**. O aumento reflete o peso crescente das despesas previdenciárias e do Benefício de Prestação Continuada (BPC), que subiram significativamente no primeiro semestre. O governo federal, sob a administração de Luiz Inácio Lula da Silva, planeja uma revisão rigorosa dessas políticas para controlar fraudes.

Em termos de déficit primário, o setor público consolidado brasileiro registrou R\$ 40,9 bilhões em junho, uma melhora em relação aos R\$ 48,9 bilhões do mesmo mês do ano passado. O déficit do governo central foi de R\$ 40,2 bilhões, enquanto estados e municípios tiveram um superávit de R\$ 1,1 bilhão. No critério nominal, que inclui despesas com juros, o déficit foi de R\$ 135,7 bilhões em junho, influenciado por operações de swap cambial que resultaram em uma perda de R\$ 28,6 bilhões, contrastando com um ganho de R\$ 20,5 bilhões no mesmo mês do ano anterior. Na semana passada, o governo revisou suas estimativas para o Orçamento de 2024, elevando a projeção de déficit para R\$ 28,8 bilhões, o limite

máximo permitido pela meta fiscal.

O prazo médio da Dívida Pública Federal (DPF) diminuiu de 4,08 para 4,02 anos, conforme estimativas fornecidas pelo Tesouro Nacional. Essa métrica representa o tempo médio necessário para o governo refinar sua dívida pública. Prazos mais longos indicam uma maior confiança dos investidores na capacidade do governo de cumprir suas obrigações.

No cenário dos detentores da dívida pública interna, as instituições financeiras continuam a liderar, mantendo uma participação de 30,7% do total. Na sequência, estão os fundos de pensão com 23,07% e os fundos de investimento com 21,99%. A participação dos investidores estrangeiros aumentou de 9,76% em maio para 10,03% em junho. Através da emissão de dívida pública, o governo obtém recursos emprestados dos investidores para cumprir seus compromissos financeiros. Em troca, compromete-se a devolver esses valores no futuro, com correções que podem variar conforme a taxa Se-lic, a **inflação**, o dólar ou uma taxa fixa previamente estabelecida.

Site: [https://oestadoce.com.br/digital/30-07-2024-edicao-24882/#google\\_vignette](https://oestadoce.com.br/digital/30-07-2024-edicao-24882/#google_vignette)

# Queda nos juros do consignado dificulta crédito a beneficiários

Uma disputa entre o governo e os bancos sobre os juros do crédito consignado para aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) pode travar a concessão de empréstimos nessa modalidade. Desde março do ano passado, um movimento liderado pelo Ministério da Previdência por melhores condições para esse tipo de operação já resultou em oito reduções da taxa máxima que pode ser cobrada nos empréstimos, de 2,14% para 1,66% ao mês (21,84% ao ano). Mesmo com essas reduções, houve queda no número de liberações do crédito com desconto em folha.

O consignado é um tipo de crédito que traz menos riscos para os bancos, pois a quitação das parcelas é feita diretamente no contracheque de quem o contratou. Por isso, as taxas costumam ser menores que em outros financiamentos. Os bancos dizem, no entanto, que o efeito da redução do teto no consignado do **INSS** foi inverso ao pretendido pelo governo.

Em vez de elevar a concessão, ela acabou restringindo o acesso dos aposentados a novos empréstimos, especialmente de clientes com perfil mais arriscado, como os mais idosos e com benefício menor.

As instituições financeiras estão mais seletivas por causa do aumento do custo de captação de recursos. Esse custo está atrelado à curva de juros futuros, que vem crescendo embora a Selic - a taxa básica de juros, que é referência para a concessão de empréstimos no País - esteja estável em 10,5% ao ano.

Sem o repasse da alta de custo para as taxas cobradas no consignado - já que existe um teto para os juros nessa modalidade -, não se descarta um cenário de suspensão total desse produto financeiro, como já ocorreu no ano passado.

## LIMITE

O ministério rebate dizendo que houve redução das taxas apenas nas novas operações de crédito com margem livre, mas aumento em refinanciamento e portabilidade.

Atualmente, os aposentados e pensionistas do **INSS**

podem comprometer até 35% do valor do benefício com as parcelas do empréstimo.

O refinanciamento ocorre quando o cliente que já está quase quitando o empréstimo pega mais dinheiro emprestado - o chamado "troco".

Já a portabilidade não significa dinheiro novo, é só a troca da dívida de um banco para o outro, normalmente motivada por juros menores.

**Site:** <https://www.assinante.oliberal.com/jornaldigital>

# Caixa paga Bolsa Família a beneficiários com NIS de final 9

Publicado em 30/07/2024 - 07:07  
Agência Brasil - Brasília

Por

A Caixa Econômica Federal paga nesta terça-feira (30) a parcela de julho do novo Bolsa Família aos beneficiários com Número de Inscrição Social (NIS) de final 9.

O valor mínimo corresponde a R\$ 600, mas com o novo adicional o valor médio do benefício sobe para R\$ 682,56. Segundo o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, neste mês o programa de transferência de renda do Governo Federal alcançará 20,83 milhões de famílias, com gasto de R\$ 14,2 bilhões.

Além do benefício mínimo, há o pagamento de três adicionais. O Benefício Variável Familiar Nutriz paga seis parcelas de R\$ 50 a mães de bebês de até seis meses de idade, para garantir a alimentação da criança. O Bolsa Família também paga um acréscimo de R\$ 50 a famílias com gestantes e filhos de 7 a 18 anos e outro, de R\$ 150, a famílias com crianças de até 6 anos.

No modelo tradicional do Bolsa Família, o pagamento ocorre nos últimos dez dias úteis de cada mês. O beneficiário poderá consultar informações sobre as datas de pagamento, o valor do benefício e a composição das parcelas no aplicativo Caixa Tem, usado para acompanhar as contas poupança digitais do banco.

A partir deste ano, os beneficiários do Bolsa Família não têm mais o desconto do Seguro Defeso. A mudança foi estabelecida pela Lei 14.601/2023, que resgatou o Programa Bolsa Família (PBF). O Seguro Defeso é pago a pessoas que sobrevivem exclusivamente da pesca artesanal e que não podem exercer a atividade durante o período da piracema (reprodução dos peixes).

## Cadastro

Desde julho do ano passado, passa a valer a integração dos dados do Bolsa Família com o Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS). Com base no cruzamento de informações, cerca de 600 mil de famílias foram canceladas do programa neste mês por terem renda acima das regras

estabelecidas pelo Bolsa Família. O CNIS conta com mais de 80 bilhões de registros administrativos referentes a renda, vínculos de emprego formal e benefícios previdenciários e assistenciais pagos pelo **INSS**.

Em compensação, outras 500 mil famílias foram incluídas no programa em julho, o que representa inclusão recorde para um mês. A inclusão foi possível por causa da política de busca ativa, baseada na reestruturação do Sistema Único de Assistência Social (Suas) e que se concentra nas pessoas mais vulneráveis que têm direito ao complemento de renda, mas não recebem o benefício.

## Regra de proteção

Cerca de 2,83 milhões de famílias estão na regra de proteção em julho. Em vigor desde junho do ano passado, essa regra permite que famílias cujos membros consigam emprego e melhorem a renda recebam 50% do benefício a que teriam direito por até dois anos, desde que cada integrante receba o equivalente a até meio salário mínimo. Para essas famílias, o benefício médio ficou em R\$ 371,99.

## Auxílio Gás

Neste mês não haverá o pagamento do Auxílio Gás, que beneficia famílias cadastradas no CadÚnico. Como o benefício só é pago a cada dois meses, o pagamento voltará em agosto.

Só pode receber o Auxílio Gás quem está incluído no CadÚnico e tenha pelo menos um membro da família que receba o Benefício de Prestação Continuada (BPC). A lei que criou o programa definiu que a mulher responsável pela família terá preferência, assim como mulheres vítimas de violência doméstica.

## Site:

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2024-07/caixa-paga-bolsa-familia-beneficiarios-com-nis-de-final-9>

# A fila do INSS vira caso de polícia entre Lupi e associação de peritos

**Rômulo Saraiva**

Depois que os médicos peritos do **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social) ganharam independência institucional e hierárquica, a ponto de não mais se vincularem totalmente às diretrizes emanadas pelo ministro da **Previdência Social**, Carlos Lupi, a relação que já não vinha boa azedou de vez quando a "fila do **INSS**" tornou-se o centro de uma briga institucional.

Carlos Lupi e a Associação Nacional dos Médicos Peritos (ANMP) divergem acerca da fila e, principalmente, sobre a solução do governo em adotar o Atestmed para reduzi-la, em detrimento da contratação imediata de mais médicos ou pagamento de bônus aos atuais médicos peritos, além de uma batalha envolvendo acusação de censura e inverdades.

Esse foi o estopim para a troca de ofensas e a interpelação criminal do ministro contra o presidente da ANMP, Luiz Carlos de Teive e Argolo, para dar explicação em juízo sobre matérias ridicularizando Carlos Lupi, processo que foi arquivado. Mas depois foi ajuizada outra ação judicial em Brasília. Em nota, a ANMP esclarece que a utilização de um inquérito policial teria o "objetivo de tentar criminalizar a atuação e os discursos da ANMP e de seus dirigentes".

Além de virar caso de polícia, com investigação pela polícia em Brasília, há uma batalha de acusações e processos judiciais. No meio disso tudo fica a população, pois depende que o serviço público funcione em harmonia, o que justamente está faltando agora entre a categoria dos médicos e o Ministério da **Previdência Social**.

Como a ANMP teve muito desgaste e greve na gestão de Bolsonaro, a sensação era de que no governo petista tudo iria ficar às mil maravilhas, principalmente porque no discurso de posse Lula demonstrou preocupação com a fila de atendimentos do **INSS**. Ledo engano.

Em janeiro de 2023, no início do governo Lula, a ANMP mandou um ofício sugerindo ideias à nova administração para reduzir a fila, a exemplo de contratar mais 3 mil peritos, pagamento de bônus para processo parado há 45 dias, rigor na triagem de novos pedidos e suas remarcações.

Na mesma oportunidade, a associação se mostrou contra a telemedicina e análise e concessão automática de benefício por incapacidade apenas com a apresentação do atestado médico, tal qual o modelo usado via Atestmed. Esses dois pontos são justamente o que o não foi atendido pelo governo, inclusive o Atestmed que vem batendo recordes de concessão.

O que poderia ser só uma divergência de opinião e crítica política-administrativa virou caso de polícia e os ânimos estão extremamente acirrados entre Carlos Lupi e a direção da ANMP. A engrenagem da confusão perpassa pela relação de causa-efeito que as políticas públicas dependerão do futuro da colaboração dos médicos peritos.

A concessão automatizada do Atestmed gera a diminuição da fila do **INSS**, pois mais benefícios são concedidos rapidamente e sem passar pelo crivo do médico. O problema é que o governo deseja, num segundo momento, fazer uma operação pente-fino nesses milhares de benefícios. E para isso vai precisar contar com a adesão facultativa dos médicos peritos do **INSS**, para eles trabalharem a mais e ganharem um bônus por isso. Esse é o principal ponto de tensão. Para o pente-fino funcionar a contento, é necessário que os médicos façam a adesão voluntária de trabalhar mais na força-tarefa, já que o quadro de peritos atualmente é insuficiente para esse mutirão.

O governo acusa a associação de peritos de estimular o boicote de não aderir à convocação da perícia, uma "verdadeira campanha patrocinada pela ANMP com o escopo de desestimular a participação dos Médicos Peritos". Também acusa em 2023 de a Associação propagar fake news, por meio de WhatsApp, site e YouTube, de que o governo vai dar um calote no pagamento do bônus para a realização das perícias extras, pois de fato houve atraso na bonificação. Essa discussão se arrasta até hoje e deve influenciar na operação pente-fino de 2024/2025.

Numa das postagens citadas, a representação jurídica do Ministério da **Previdência Social** menciona uma publicação da ANMP, em tom sensacionalista, que faz chamamento para o uso do Atestmed, pois a "atual administração abriu mão da segurança na concessão dos benefícios para gerar justamente o deferimento

indiscriminado dos requerimentos":

"Então, brasileiro e brasileira, a partir de agora, você trabalhador, você criança, você idoso, você segurado ou não da Previdência, você tem o direito a pegar um atestado médico a hora que você quiser, aonde você quiser pegar um atestado médico, jogar em sistema [no caso, o Atestmed] que você terá [o benefício]. Se não anunciar a data de início de repouso, vocês terão 90 dias".

Embora citada no vídeo da ANMP, criança não tem cobertura como segurado na **Previdência Social** (só na condição de dependente previdenciário), pois são proibidos de recolherem a contribuição previdenciária e, por consequência, ter direito ao auxílio por incapacidade temporária, o que torna a menção sensacionalista.

Em outro vídeo do YouTube no canal da ANMP, há o conteúdo reclamando da gestão de Carlos Lupi e até do Poder Judiciário:

"O que vocês estão esperando para obter seis meses de benefício do **INSS** de forma legal? Porque o regramento que foi feito torna isso -esses todos que nós estamos falando- legais. Está na lei e com amparo do Judiciário. Então, a chance de você ter algum problema com isso é zero, porque o Judiciário também está envolvido nessas questões de querer impor absurdos, impor Atestmed".

O PEFPS (Programa de Enfrentamento à Fila da **Previdência Social**), criado para reduzir a fila, regulamenta um incentivo financeiro aos **servidores públicos**, inclusive médicos, que aderirem ao PEFPS com o pagamento de um bônus extra, além do próprio salário. Cada perito pode fazer até 12 perícias por dia. De julho a setembro de 2023, o governo desembolsou cerca de R\$ 15 milhões com bônus extra, o que representa um acréscimo salarial aos médicos que pode variar entre R\$ 14 mil a R\$ 18 mil por mês.

Por sua vez, a ANMP acusa o governo, entre outras coisas, dizendo que ele está fazendo censura ao ter ajuizado o processo judicial para a Associação se abster de publicar novos informes inverídicos ou com deturpação de dados sobre o Atestmed e a PEFPS. A associação de peritos também está sendo demandada para que sejam excluídas 13 notícias publicadas no seu site, três vídeos no Youtube, retirar definitivamente os conteúdos vinculados a essa temática e a se retratar publicamente. Em nota, a ANMP diz que o ministro Carlos Lupi quer "conquistar o monopólio do discurso e da 'verdade' e, como um ditador, decidir sozinho o que os médicos e suas entidades representativas podem dizer".

Atualmente, há uma baixa adesão a realização de perícia, em relação ao que o governo esperava. E se continuar nesse tom de briga certamente terá menos adesão. Embora a adesão seja facultativa, e o governo remunera muito bem pela bonificação, a ANMP consegue influenciar alguns peritos, a exemplo da própria greve. Essa briga do Ministério da **Previdência Social** e da ANMP tende a prejudicar o serviço público federal, que não sairá como deveria. Além de poder atingir a população que depende ou dependerá de algum serviço que envolva análise pericial do **INSS**.

benefício do assinante

Você tem 7 acessos por dia para dar de presente. Qualquer pessoa que não é assinante poderá ler.

benefício do assinante

assine ou faça login

**Site: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/romulo-saraiva/2024/07/a-fila-do-inss-vira-caso-de-policia-entre-lupi-e-associacao-de-peritos.shtml>**



# Crise fiscal exigirá ações mais duras para país fechar 2024 com déficit zero

## Editorial

O tamanho da dívida brasileira é elevado, cresce a cada ano e exige mudança na gestão das contas públicas. Enquanto o governo gastar mais do que arrecada, o problema não desaparecerá. Sem uma solução, a economia seguirá a tendência de baixo crescimento, com a **inflação** pressionada para cima. Mesmo com um aumento das receitas da ordem de 9%, o primeiro semestre fechou com um rombo de R\$ 68,6 bilhões, devido ao aumento em ritmo maior dos gastos. Foi o terceiro pior resultado da série histórica iniciada em 1997. Para cumprir as promessas de ajuste, o governo precisará se dedicar mais à tarefa de cortar despesas.

Está claro que o congelamento de R\$ 15 bilhões determinado no Orçamento deste ano não será suficiente para fechar 2024 com déficit zero. Com apenas essa medida, o governo acabaria 2024 com um rombo de R\$ 28,8 bilhões. O montante está na margem de tolerância da regra fiscal, que permite uma variação de 0,25% do **PIB** para mais ou para menos. Mas mirar esse objetivo confirmaria a impressão de que o governo está mais preocupado em gastar do que em estancar o crescimento da dívida pública. Pela credibilidade do novo arcabouço fiscal, é preciso que busque o centro da meta. Se falhar já no primeiro ano, será muito mais árduo conquistar a confiança em 2025 e 2026.

Em pronunciamento em cadeia de rádio e TV, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva voltou a afirmar que não abrirá mão da responsabilidade fiscal. Embora positiva, a declaração teve pouco efeito. De agora ao final de dezembro, a atenção estará em anúncios concretos de cortes. O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, tem sido o fiador de políticas destinadas a equilibrar as contas. Depois de participar no Rio de encontro do G20, Haddad disse que a decisão sobre novos contingenciamentos será divulgada a cada avaliação bimestral das contas públicas.

Alguns planos foram anunciados para atacar problemas específicos, como é o caso do Benefício de Prestação Continuada (BPC), um salário mínimo mensal para a população de baixa renda com idade igual ou superior a 65 anos ou para quem tem alguma deficiência. Como no primeiro semestre o BPC

distribuiu um valor muito superior ao do mesmo período de 2023, o governo decidiu recadastrar os beneficiários. Precisa fazer o mesmo com outros programas, mas é improvável que tais revisões sejam suficientes para tapar o buraco.

A situação exige decisões mais corajosas. É urgente mudar a regra que vincula o aumento das despesas em saúde e educação ao crescimento das receitas. Outra medida é desvincular os benefícios previdenciários do salário mínimo, agora com reajustes acima da **inflação**. Há fatores demográficos em ação. Com o **envelhecimento** da população, crescem o número de aposentados e as despesas do **INSS**. Uma resposta mais duradoura deve incluir uma nova reforma previdenciária.

## Site:

<https://oglobo.globo.com/opiniao/editorial/coluna/2024/07/crise-fiscal-exigira-acoes-mais-duras-para-pais-fechar-2024-com-deficit-zero.ghtml>

# Inchaço do BPC é reflexo da exclusão no trabalho e da avaliação ultrapassada da deficiência

O governo federal anunciou na semana passada um pente-fino no Benefício de Prestação Continuada, que paga um salário mínimo mensal a pessoas com deficiência e idosos que não conseguem trabalhar e prover o próprio sustento. Além de recadastramento obrigatório, a partir de 1º de setembro, quem recebe o BPC ou seu responsável precisam fazer biometria, a cópia eletrônica da impressão digital.

A medida não é exatamente uma novidade. Há pelo menos dez anos, a quantidade de gente que recebe o BPC é questionada, com várias tentativas de modificar os critérios de seleção, mas o atual processo, com cruzamento de dados do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**), do Cadastro Inclusão da Pessoa com Deficiência (Cadastro-Inclusão) e do Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico) trouxe mais transparência e organização, relevando fraudes.

O inchaço do BPC - que custou ao governo, segundo o **INSS**, aproximadamente R\$ 44 bilhões no primeiro semestre de 2024, com 40% de crescimento na quantidade de beneficiários, chegando a 1,1 milhão - é reflexo da exclusão no trabalho e do modelo ultrapassado de avaliação da deficiência.

Oportunidades de emprego formal para pessoas com deficiência precisam ter qualidade, com salário equivalente à função, possibilidade real de evolução profissional na empresa e recursos de acessibilidade, independentemente do cargo que esse profissional ocupa, mas a maioria das vagas é ruim, mal remunerada, com estagnação do trabalhador.

Dados da Pesquisa Nacional de Amostras por Domicílios (PNAD) apontam que pessoas com deficiência têm rendimento médio mensal equivalente a 69% do ganho das pessoas sem deficiência, mulheres com deficiência conseguem o equivalente a 72% do que os homens com deficiência recebem e 65,9% do que mulheres sem deficiência obtêm. Essas taxas estão reunidas no diagnóstico publicado no ano passado pelo Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC) com a Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (SNDPD).

Levantamento da Secretaria de Inspeção do Trabalho

(SIT) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) com informações do eSocial mostra que o Brasil tem 545.940 mil pessoas com deficiência e reabilitados do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) inseridos no mercado formal de trabalho. Desses total, 93% em empresas com mais de 100 empregados, exatamente o que determina a Lei nº 8.213/1991.

Então, se a vaga é ruim, se o salário é defasado, se não há acessibilidade na rua e nem na empresa, se o trabalhador com deficiência já sabe que não vai ser promovido mesmo que seja o melhor funcionário, receber o BPC é muito mais digno e seguro.

E com a avaliação da deficiência unicamente pelo modelo médico, com identificação do código na Classificação Internacional de Doenças (CID), sem análise biopsicossocial, o critério de renda mensal é o principal filtro para aprovação ou não do BPC.

O pente-fino anunciado pelo governo pode reduzir o número de beneficiários e impedir fraudes, vai gerar uma corrida aos postos de cadastro e uma sobrecarga nos sistemas online e vai deixar muita gente com medo.

Há pessoas com deficiência que recebem BPC desde a criação do benefício, em 1998, sendo essa renda de um salário mínimo mensal a única na residência.

O governo Lula está afastando cada vez mais o modelo médico da deficiência com atualização da avaliação biopsicossocial. Uma importante atualização nessa direção foi apresentada neste mês na 5ª Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, que teve a participação do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) no encerramento e a assinatura de documentos sobre o tema.

Lula recebeu da secretária nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, Anna Paula Feminella, o relatório produzido durante um ano pelo grupo de trabalho instituído no Decreto nº 11.487, de 10 de abril de 2023.

O principal objetivo deste relatório é propor uma metodologia de avaliação da deficiência que vá além

do modelo médico tradicional, reconhecendo a deficiência como uma interação complexa de fatores biológicos, psicológicos e sociais. A intenção é alinhar esta avaliação com os princípios da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e a Lei Brasileira de Inclusão , destaca o relatório.

O documento reafirma a adoção do Instrumento de Funcionalidade Brasileiro Modificado (IFBrM) que reconhece a deficiência como uma interação entre impedimentos de longo prazo e barreiras sociais e ambientais, promovendo uma avaliação mais inclusiva e justa e define a estrutura para implementação do Sistema Nacional de Avaliação da Deficiência (SISNADEF), com a criação do comitê responsável.

A regulamentação e institucionalização da avaliação biopsicossocial unificada da deficiência por meio do IFBrM trará inúmeros benefícios para as pessoas com deficiência e para o Estado brasileiro. Este processo assegurará uma avaliação mais justa e inclusiva, reduzirá a burocracia e a necessidade de múltiplas avaliações, promoverá a padronização e a eficiência dos serviços públicos, e contribuirá para a construção de uma sociedade mais inclusiva e igualitária. A implementação do SISNADEF representará um passo essencial na direção de garantir que os direitos das pessoas com deficiência sejam plenamente reconhecidos e respeitados, em conformidade com os mais elevados padrões internacionais de direitos humanos , conclui o relatório.

Antes de discursar na Conferência, Lula assinou o Protocolo de Intenções sobre a Avaliação Biopsicossocial da Deficiência , junto com o ministro Silvio Almeida, dos Direitos Humanos e da Cidadania, e o presidente substituto do Ipea, Claudio Roberto Amitrano, para a produção de pesquisas e estudos.

Silvio Almeida também assinou um Acordo de Cooperação Técnica (ACT) com as ministras Esther Dweck (Gestão e Inovação em Serviços Públicos) e Simone Tebet (Planejamento e Orçamento) para estudos de impacto regulatório, social, político e econômico.

**Site: <https://www.terra.com.br/nos/inchaco-do-bpc-e-reflexo-da-exclusao-no-trabalho-e-da-avaliacao-ultrapassada-da-deficiencia,63eae52f1aed61073b028a15124f9596auktbyf2.html>**

# Dívida bruta sobe para o maior nível desde 2021

Por Gabriel Shinohara e Alex Ribeiro - De Brasília e São Paulo

30/07/2024 05h01

A Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG) atingiu o maior patamar desde novembro de 2021 ao subir para 77,8% do Produto Interno Bruto (**PIB**) em junho. Só no primeiro semestre, o indicador teve alta de 3,4 pontos percentuais (p.p.) depois de terminar 2023 em 74,4% do **PIB**.

Nesse patamar, a dívida bruta chegou a R\$ 8,7 trilhões, acima dos R\$ 8,1 trilhões registrados em dezembro de 2023. Para explicar o aumento na relação dívida e **PIB** este ano, os dados do Banco Central (BC) publicados nesta segunda-feira, 29, mostram dois fatores preponderantes - a incorporação de juros nominais e a emissão de dívida. Por outro lado, o efeito crescimento do **PIB** reduziu a alta. Como o **PIB** é o denominador do cálculo, quando ele sobe, o impacto é de diminuição do indicador.

Luis Otavio Leal, economista-chefe da G5 Partners, aponta que o pagamento de precatórios extraordinários e o gasto com a catástrofe ambiental no Rio Grande do Sul contribuíram para a alta no indicador. Além disso, houve a contribuição da desvalorização cambial e aumento de gastos com juros. Para o restante do ano, o economista espera uma valorização do real e "isso pode minimizar um pouco o impacto da piora fiscal e a nossa projeção é de que fechamos ao ano em 79% do **PIB** na DBGG".

A economista-chefe do Inter, Rafaela Vitória, aponta alguns fatores para a alta na dívida, como a "baixa credibilidade do novo arcabouço" que impacta os juros, o déficit primário e a desvalorização cambial. "A rápida elevação da dívida pública confirma a expectativa de deterioração da situação fiscal do país, o que é bastante atípico para um período de crescimento elevado do **PIB** e alta na arrecadação", disse.

O déficit primário também aumentou neste ano em comparação com 2023. No primeiro semestre, o déficit do setor público consolidado chegou a R\$ 43,4 bilhões, ou 0,78% do **PIB**, estimado para o período. No ano passado, estava em 0,39% do **PIB** no mesmo período.

O chefe do departamento de estatísticas do BC, Fernando Rocha, ressaltou que o crescimento no déficit "ficou concentrado no governo central". No ano passado, o déficit no governo central foi de R\$ 42,3 bilhões no primeiro semestre, e em igual período deste ano chegou a R\$ 70,6 bilhões.

O resultado deste ano foi composto por um déficit do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) de R\$ 198,2 bilhões e outro resultado negativo do BC, mas de R\$ 269 milhões. Já o governo federal contribuiu com superávit de R\$ 127,9 bilhões.

Rafaela Vitória, do Inter, apontou que a principal razão para a alta no déficit é um "forte aumento dos gastos". A economista afirmou que as despesas obrigatórias tiveram forte crescimento no ano com aumento do número de benefícios e impacto da alta real no salário mínimo nos benefícios vinculados. "Como não esperamos mudança no comportamento das despesas obrigatórias no curto prazo, e as taxas de juros continuam em patamar elevado impactando as emissões do Tesouro, a dívida pública e a dívida líquida devem continuar subindo ao longo do segundo semestre", disse.

Já na conta dos governos regionais houve superávit de R\$ 33,2 bilhões no primeiro semestre. No ano passado, o superávit foi um pouco menor, de R\$ 25,3 bilhões. Já no caso das empresas estatais, o déficit em 2024 foi de R\$ 6 bilhões, contra R\$ 3,3 bilhões entre janeiro e junho de 2023. O número não considera empresas do grupo Petrobras e a Eletrobras.

A conta de juros e o déficit nominal também integram as estatísticas fiscais e tiveram alta neste primeiro semestre. No caso dos juros, o resultado foi de R\$ 454,8 bilhões (8,13% do **PIB**), acima dos R\$ 337,3 bilhões (6,38% do **PIB**) do primeiro semestre de 2023. Rocha, do BC, explica que a conta teve grande impacto das operações de swap cambial, que trouxe resultados negativos neste ano por conta da desvalorização cambial, que chegou a 14,8% no primeiro semestre.

Com isso, o déficit nominal, que considera os juros e o resultado primário, chegou a R\$ 498,2 bilhões até junho contra R\$ 357,7 bilhões no mesmo período do

ano passado. No acumulado em 12 meses, o déficit chegou a R\$ 1,1 trilhão (9,92% do **PIB**).

**Site:**

**<https://valor.globo.com/brasil/noticia/2024/07/30/divida-bruta-sobe-para-o-maior-nivel-desde-2021.ghtml>**

# CGU abre mil processos por corrupção em 4 anos

**Fernando Teixeira De São Paulo**

Desde a época da Operação Lava-Jato, o número de processos por corrupção abertos pela Controladoria-Geral da União (CGU) cresceu cinco vezes, ao invés de diminuir. Nos primeiros quatro anos, entre 2014 e 2017, foram 198 processos. Nos últimos quatro, entre 2020 e 2023, 1.063 novos processos. O total de multas aplicadas pela CGU com base na Lei Anticorrupção ultrapassa hoje R\$ 1 bilhão.

Os números se somam aos processos encerrados em acordos de leniência, em que informações sobre corrupção eram trocadas por redução da pena. Foram 38 acordos fechados, cerca de um terço derivados de processos da Operação Lava-Jato, somando R\$ 18 bilhões em penalidades. Do total, R\$ 9 bilhões já foram pagos.

Segundo o advogado Carlos Ayres, sócio do Maeda, Ayres e Sarubbi Advogados, os números da CGU mostram que, mesmo passada a tempestade da Lava-Jato, as empresas devem continuar atentas a seus programas de compliance anticorrupção. "O número de processos de responsabilização por corrupção na CGU teve um salto gigantesco e a taxa de questionamento na Justiça é muito baixa", diz Ayres.

Ele observa que, mesmo antes da criação da Lei Anticorrupção (Lei nº 12.846/2013), a CGU já estava estruturando sua área para a abertura de Processos Administrativos de Responsabilização (PAR). O resultado, afirma, é uma equipe bem treinada e dedicada, fazendo da CGU uma estrutura ativa na caça a casos de corrupção.

Além de trazer graves crises de reputação, escândalos de corrupção podem resultar em multas impostas pela CGU de valores relevantes. Uma multa aplicada à empresa americana CFC Consulting Group chegou a R\$ 384 milhões no ano de 2020. A Vale foi multada em R\$ 86 milhões em 2022 por fatos relacionados ao desastre de Brumadinho (MG) e a Telefônica recebeu uma multa de R\$ 45 milhões em 2020 por tentar dar de presente a funcionários públicos ingressos para a Copa do Mundo de 2014.

O advogado Carlos Ayres diz que o alto volume de processos e o risco de receber multas elevadas justificam maior atenção à área de compliance

anticorrupção. Ele observa que por um lado a tecnologia ajuda a revirar milhares de e-mails e trocas de mensagens atrás de indícios de desvios. Assim a empresa pode encontrar casos de corrupção antes que as autoridades descubram primeiro. A dúvida é o que fazer quando o caso vem à tona.

Um tema em estudo é o maior estímulo aos acordos de leniência. Os acordos foram criados para o setor privado se antecipar às autoridades, admitir a culpa e evitar que o problema se repita. Contudo, pouco mais de 2,4% dos processos já abertos pela CGU acabaram em acordo.

A solução, afirma Ayres, pode ser a instituição do acordo sem multa. Pela Lei Anticorrupção, o mecanismo pode reduzir até dois terços a multa aplicável, mas o incentivo parece pequeno para levar empresas a confessar a ocorrência de mal-feitos. A hipótese começa a ser analisada por especialistas, inclusive na CGU.

"Risco de multas elevadas justifica maior atenção à área de compliance" Carlos Ayres

**Site:** <https://valor.globo.com/virador#/edition/187942>

# Reforma tributária: uma necessidade urgente (Artigo)

**ANTONIO TUCCILIO**

ANTONIO TUCCILIO - Presidente da Confederação Nacional dos **Servidores Públicos**

A **reforma tributária** no Brasil é um tema que há anos ocupa o centro das discussões políticas e econômicas. Recentemente, tivemos avanços significativos com a votação do Projeto de Lei Complementar (PLP) 68 na Câmara dos Deputados, que agora segue para apreciação do Senado. Este projeto institui novos **tributos** como o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS).

O senador Eduardo Braga (MDB/AM) será o relator do PLP 68 no Senado Federal. A expectativa é de que ele conduza um processo de análise detalhado, considerando as diversas nuances e impactos da reforma. Enquanto isso, o PLP 108, que cria o Comitê Gestor do IBS, deverá ser apreciado pela Câmara apenas em agosto, conforme informado pelo relator Mauro Benevides Filho.

A última atualização sobre a **reforma tributária**, destacou que o presidente da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado Federal, senador Vanderlan Cardoso (PSD/GO), anunciou a criação de um grupo de trabalho (GT) que será responsável por promover audiências públicas e apresentar ajustes ao PLP 68/2024. Esse grupo será coordenado pelo senador Izalci Lucas (PL-DF), cujo papel será fundamental na coleta de informações e na construção de um texto que atenda às necessidades do país.

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD/MG), indicou que o projeto tramitará apenas na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) antes de ser levado ao plenário. No entanto, senadores da CAE enfatizaram a importância de sua comissão na elaboração do texto final, coordenando audiências públicas para embasar a apresentação de emendas ao relator, senador Eduardo Braga.

A **reforma tributária** é essencial para simplificar o sistema de **tributos** brasileiro, que atualmente é complexo e oneroso. A criação dos **tributos**, IBS, CBS e IS, busca unificar **impostos**, reduzir a burocracia e trazer maior transparência e eficiência ao sistema tributário e a expectativa é que essas mudanças

fomentem o crescimento econômico e a justiça fiscal, beneficiando tanto os contribuintes quanto a administração pública.

No entanto, a implementação dessa reforma não será fácil, pois envolve a articulação entre diferentes esferas do governo, setores econômicos e a sociedade civil. A realização de audiências públicas é uma oportunidade crucial para que todos os interessados possam expressar suas opiniões e sugestões, contribuindo para um debate democrático e transparente.

A Confederação Nacional dos **Servidores Públicos** (CNSP) está comprometida em monitorar de perto cada etapa da reforma, buscando garantir que os interesses dos servidores sejam respeitados e que a nova estrutura tributária promova um Brasil mais justo e próspero.

A **reforma tributária** é uma oportunidade única para modernizar o Brasil e todos os esforços devem ser direcionados para a construção de um sistema tributário mais simples, justo e eficiente, capaz de impulsionar o desenvolvimento econômico e social do país. Vamos continuar acompanhando essa jornada e lutando por um Brasil melhor para todos.

Site: <https://digital.em.com.br>

# Fora do Imposto Seletivo, alimento ultraprocessado afeta gasto com saúde

**Marcelo Osakabe De São Paulo**

A inclusão dos alimentos ultraprocessados no Imposto Seletivo (IS), rejeitada pelos deputados na discussão da **Reforma Tributária** na Câmara, poderia elevar o consumo de alternativas mais saudáveis, reduzir despesas com saúde e também elevar renda dos brasileiros pela diminuição do tempo de vida perdido com essas doenças.

As conclusões constam de um trabalho recente do Banco Mundial, que mostrou também que a medida têm caráter progressivo: os benefícios são proporcionalmente maiores para as famílias que figuram entre as 10% mais pobres da população e se diluem à medida em que aumenta a renda familiar, até ter um efeito neutro para camadas mais ricas.

"Em discussões do tipo, a indústria alimentícia costuma argumentar que a tributação desses bens seria prejudicial aos consumidores, especialmente mais pobres. Os que os resultados do estudo sugerem é que não", resume Roberto lunes, um dos autores.

Os economistas adaptaram uma metodologia bastante utilizada para avaliar o custo-benefício de taxar outros produtos prejudiciais à saúde, como tabaco, o álcool e açúcar. Tomando como base o perfil de consumo tirado da Pesquisa de Orçamento Familiar (POF), do IBGE, eles analisam os efeitos de um imposto que eleve em 20% o preço final desses alimentos em três dimensões: variação da despesa total com esses bens e com possíveis substitutos, economia com despesas médicas e, por fim, potencial de incremento de renda obtido pela redução dos anos de vida perdidos por causas relacionadas a riscos dietéticos (relacionados à nutrição).

Via de regra, exercícios do tipo costumam gerar resultados negativos para o primeiro quesito e positivos para os outros dois. Isso ocorre porque muitos destes bens são considerados inelásticos - uma alta do preço tem pouco efeito sobre o consumo (já que se trata de um vício). Segundo Bernardo Dantas Coelho, que também assina o estudo, a ideia é mostrar que, apesar de o consumidor arcar com um custo maior pela compra do produto taxado, ele vai ganhar com menores despesas de saúde e uma vida produtiva mais longa.

A análise da taxação dos alimentos processados e ultraprocessados surpreendeu ao retornar resultados positivos também para o primeiro quesito, em praticamente todos os estratos de renda.

"Por serem produtos com maior elasticidade [mais passíveis de serem substituídos na cesta de consumo], a alta do imposto libera uma renda que, proporcionalmente, conseguirá comprar maior quantidade de alimentos alternativos, como os in natura", explica Coelho.

No primeiro decil de consumo, equivalente aos 10% mais pobres, uma alta de 20% dos preços de processados e ultra processados teria um efeito negativo de 2,3% sobre a cesta de consumo. Já no cálculo do consumo total, que leva em consideração que as famílias irão buscar substitutos a esses alimentos, como produtos in natura, o consumo sobe 4,20% para essa faixa.

Esse valor decresce, mas somente assume valores negativos para os três últimos decis. No último, que agrega os 10% mais ricos, o repasse do imposto seria de 0,89% sobre a cesta, mas a variação final sobre o consumo total seria de -0,49%.

Os autores também cruzaram os dados com estimativas sobre anos de vida perdidos por doenças ligadas ao consumo de ultraprocessados do estudo "Carga Global de Morbidade" (GBD, na sigla em inglês), um trabalho que investiga no mundo todo os efeitos sobre mortalidade e incapacitação de 107 doenças e 10 fatores de risco.

Transformando esses dados em acréscimo de renda obtido pela elevação dos dias de trabalho, eles encontram uma elevação de 3,85% da renda dos 10% mais pobres, porcentagem que decai até chegar a +0,44% entre os 10% mais ricos.

Por último, eles também fizeram um cruzamento com informações hospitalares do Sistema Único de Saúde (SUS), como o número de internações e custos médicos com tratamento dessas doenças, para estimar qual seria o impacto sobre as despesas com saúde dos brasileiros. O resultado sugere que um imposto do tipo reduziria em 6,56% os custos médicos do decil mais pobre, número que também decresce até chegar a 0,06% para o decil mais rico.



"Provavelmente, essa análise subestima a queda das despesas médicas, já que não contabiliza os custos de tratamento no setor privado. Mas é forma bruta de mostrar que realmente há um ganho para as pessoas e também para o SUS", diz Courtney Price Ivins, também do Banco Mundial.

A inclusão de alimentos ultra-processados dentro do Imposto Seletivo é uma ideia que orbita a discussão da **reforma tributária** e tem o apoio de entidades ligadas à saúde pública e do governo. No entanto, até o momento, não teve força para passar pelo crivo das negociações no Congresso.

Caso esse quadro mude, o Brasil seria o primeiro país do mundo a aprovar uma taxa que toma como base o nível de processamento do alimento. Isso porque, via de regra, experiências do tipo miram determinados ingredientes ou tipos de produto, como o "imposto do refrigerante" ou o imposto sobre açúcar. Mesmo da Colômbia, que em 2023 começou a aplicar um imposto sobre "junk foods", a legislação mira determinados níveis de nutrientes, como o açúcar, o sal e a gordura hidrogenada, explicam os economistas.

"Existe um debate sobre a melhor forma de gerar incentivo a uma alimentação mais saudável. O Brasil é um ponto fora da curva ao sugerir fazer isso baseado no nível de processamento", diz Coelho.

A proposta de regulamentação da **reforma tributária** aprovada na Câmara além de não taxar os ultraprocessados ainda inclui vários deles na cesta básica, o que isenta esses produtos dos **impostos** normais sobre consumo. Entre os alimentos ultraprocessados incluídos na proposta de cesta básica estão pão de forma, biscoitos recheados, macarrão instantâneo, mistura para bolo ou molhos prontos.

Os pesquisadores ressaltam que a literatura científica tem se voltado cada vez mais aos riscos associados não só ao consumo em excesso de determinados nutrientes, como também o próprio nível de processamento. Um estudo de pesquisadores da USP, Fiocruz, Unifesp e Universidad de Santiago de Chile, publicado na American Journal of Preventive Medicine, apontou que 57 mil mortes prematuras por ano são atribuíveis ao consumo desses alimentos no país.

Lunes resalta que a proposta de olhar o nível de processamento tem outra vantagem. "Em geral, quando se tenta desincentivar o consumo de um alimento tributando segundo a presença de ingredientes específicos, a indústria encontra formas

de driblar a essa taxa. Por exemplo: reduzindo o nível de determinado ingrediente para escapar da lei, ou então substituindo-o por outros químicos que podem ser, inclusive, piores que o original. Por isso, a lógica dos ultraprocessados é muito feliz. Tira a indústria desse jogo", diz.

O estudo não foi feito pensando especificamente na discussão do regulamento de **reforma tributária** que tramita no Congresso no momento, mas os pesquisadores concordam que a aplicação do IS sobre ultraprocessados é a forma correta de tratar o tema.

"Primeiro, porque muda a questão dos preços relativos - deixa os ultraprocessados mais caros na comparação com os in natura. Segundo, pela própria ideia do IS, que deixa claro que determinados produtos são nocivos à saúde. É importante que as pessoas entendam porquê estão pagando mais", diz Coelho.

Ivins chama atenção a outro aspecto retirado da análise da POF. "Os dados mostram que, no Brasil, os ultraprocessados ainda respondem por menos de 50% do consumo energético, independente da faixa de renda, e também que os estratos que mais consomem são os mais ricos. É um quadro diferente dos Estados Unidos e outros países de alta renda, onde essa porcentagem já é 60%", diz. "Ou seja, essa transição ainda não ocorreu no Brasil. Então podemos dizer que há uma janela limitada para implementar uma política fiscal que aborde essa questão de forma progressiva. Uma vez que os hábitos alimentares forem alterados e estejam arraigados, é muito mais difícil reverter isso."

"No Brasil, esses produtos ainda detêm menos de 50% do consumo energético, independente da faixa de renda"

Courtney Price Ivins

**Site:**

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187942?page=1&section=1>

# Teto na alíquota põe cesta básica em risco, diz Gianetti

*Folhapress, de São Paulo*

O economista Roberto Gianetti da Fonseca afirma que o teto na alíquota de referência dos novos **tributos** coloca em risco a desoneração da cesta básica.

Em especial, a isenção para as proteínas animais, aprovada pela Câmara dos Deputados, mas que ainda depende do aval do Senado.

Giannetti da Fonseca, que é presidente da Kaduna Consultoria, defende usar como teto o valor nominal da arrecadação dos **tributos** envolvidos na reforma, de R\$ 1,383 trilhão, corrigido anualmente pela **inflação**.

"Melhor fazer isso do que falar desse 26,5%, que pode se tornar inexecutável. Porque se você tem um maior consumo de produtos isentos ou de alíquota reduzida, é claro que vai cair o valor nominal da arrecadação. Dá um problema fiscal. E aí vai fazer o quê? Vai dizer, então tem que tirar produto da cesta básica", afirma.

A emenda constitucional da reforma, aprovada em 2023, prevê um teto de referência para o cálculo da alíquota dos novos **tributos**. Esse limite considera a manutenção da carga sobre o consumo, com base na média da arrecadação no período de 2012 a 2021, como proporção do **PIB**.

Os deputados incluíram no projeto de regulamentação da emenda um segundo limite. Nesse caso, para a alíquota, que ficaria em até 26,5%. Se o percentual não for suficiente para manter a arrecadação, caberá ao Poder Executivo encaminhar ao Congresso proposta para cortar benefícios fiscais.

O economista diz que há uma obsessão com a questão da alíquota. "Como se isso fosse a coisa mais importante do mundo. Não é. Nós temos um conceito de neutralidade. Significa manter a carga tributária no nível que ela é."

Patamar inaceitável

Ele afirma que uma alíquota única sobre o consumo ficaria em torno de 20% (mesma estimativa feita pelo Ministério da Fazenda), mas que esse patamar seria muito elevado e inaceitável se aplicado a todos os

produtos.

A inclusão das carnes da cesta básica tem um impacto de 0,57 ponto percentual na alíquota, segundo estimativa do Banco Mundial, valor próximo do 0,53 ponto calculado pela Secretaria Extraordinária da **Reforma Tributária**. Com isso, a soma dos novos **tributos** iria para mais de 27%. Gianetti diz que o impacto calculado por ele é de apenas 0,18 ponto.

**Site:**

<https://valor.globo.com/virador/#!/edition/187942?page=1&section=1>

# O impacto da reforma tributária nas compras internacionais

A **reforma tributária** que está sendo implementada no Brasil promete revolucionar diversos aspectos da economia e uma das mudanças mais significativas diz respeito à taxação das compras internacionais feitas pelos brasileiros. Hoje, ainda é bastante comum realizar uma compra de gadget, acessório ou peça de roupa diretamente de um site estrangeiro sem pagar quase nada de imposto. Porém, essa realidade está prestes a mudar.

Atualmente, compras de bens de pequeno valor por pessoas físicas são isentas do imposto de importação, medida que tem sido criticada há algum tempo pelos varejistas nacionais por comprometer a competitividade dos seus negócios. Com a introdução das novas regras trazidas pela **reforma tributária**, o cenário vai mudar drasticamente.

O IVA e a taxação das compras internacionais O programa Remessa Conforme permite que compras internacionais de até US\$ 50 sejam isentas de **tributos** federais. No entanto, a criação do Imposto sobre Valor Agregado (IVA), que começará a ser vigorado a partir de 2026, com uma implementação gradual até 2033, mudará essa realidade. A partir da alteração, o novo tributo unificado incidirá sobre o valor adicionado em cada etapa da cadeia produtiva, o que inclui compras internacionais, aplicando uma alíquota estimada de 26,5%.

Vale sempre destacar que a isenção atual é somente para as empresas que aderiram ao programa Remessa Conforme. As demais companhias pagam 60% de imposto de importação, o mesmo valor já cobrado para encomendas acima de US\$ 50.

A partir do IVA, a isenção será eliminada e todas as compras internacionais serão tributadas com a alíquota padrão. Isso representa um aumento significativo na carga de **impostos** para consumidores que usualmente compram produtos do exterior.

### Entendendo a nova tributação

Na prática, o IVA é um tributo unificado que visa facilitar a arrecadação e diminuir a burocracia. Trata-se de um imposto que pode ser aplicado sobre praticamente qualquer tipo de operação, desde compras de produtos e serviços, passando por transmissões de bens, importações de produtos,

transações internacionais, até a prestação de serviços.

A ideia por trás do IVA é substituir cinco **impostos** existentes hoje por somente dois: a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), de competência federal, e o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), gerido por estados e municípios. A dupla incidirá somente sobre o valor adicionado em cada etapa da cadeia produtiva e será cobrada diretamente no local de consumo (destino).

Para garantir a arrecadação do IVA, será instituído o split payment, formato no qual o tributo será recolhido automaticamente no momento da compra, visando à redução da sonegação. O mecanismo assegura ainda que a contribuição seja paga no momento da transação, com a parte referente ao imposto sendo automaticamente destinada à liquidação da obrigação tri-

butária. Isso significa que o fornecedor recebe apenas o valor líquido da transação, confirmando o pagamento do tributo e o crédito relacionado apenas ao que foi efetivamente recolhido.

### Antecipando-se às mudanças

Como bem descrito, as novas regras podem impactar significativamente tanto consumidores quanto varejistas, exigindo ajustes e planejamento para minimizar os efeitos negativos em suas operações. Vale dizer, porém, que, além da taxação das compras internacionais, a reforma abrange outras alterações importantes, como a própria unificação de **impostos** em um sistema mais simplificado, que promete reduzir a burocracia e aumentar a eficiência da arrecadação.

O fato é que a preparação para tais mudanças é essencial. Mesmo que exista um razoável tempo até a efetivação, as empresas brasileiras devem desde já ficar atentas às atualizações e ajustar as estratégias para garantir a produtividade em meio ao novo cenário tributário. Só assim será possível enfrentar os desafios e aproveitar as oportunidades que a **reforma tributária** trará.

**Site:**

<https://edicaoimpressa.folhape.com.br/books/jkbw/#p=1>

# Mudança no imposto sobre herança pode estimular doações

**Eduardo Cucolo**

Um estudo do Movimento Bem Maior compara a tributação de heranças e doações no Brasil e em outros países. A entidade avalia se uma alíquota maior sobre grandes patrimônios, o que está previsto na **reforma tributária**, pode favorecer a transmissão a organizações da sociedade civil.

O tema foi tratado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) na semana passada. Veja aqui a reportagem completa sobre o estudo.

A **reforma tributária** traz uma série de alterações que devem aumentar a arrecadação do ITCMD, imposto de competência dos estados.

Entre elas, possibilitar a cobrança sobre heranças no exterior, tornar a alíquota progressiva (variando de acordo com o valor transmitido), obrigar todos os governadores a cobrar 8% sobre os maiores patrimônios e permitir a atualização da base de cálculo dos bens.

Para o advogado Eduardo Szazi, sócio do escritório que fez o estudo para o Movimento Bem Maior, as mudanças aproximam o Brasil do padrão internacional de tributação de heranças.

A newsletter sobre o mundo jurídico exclusiva para assinantes da Folha

Carregando...

Esse imposto representa menos de 2% da arrecadação dos estados, mas a expectativa é de incremento nessa receita com as mudanças em discussão.

Alguns governadores também fazem esforços para incrementar essas receitas. Em São Paulo, há seis operações para incentivar os contribuintes a regularizarem o pagamento do ITCMD, que é de 4% no estado.

Veja dez países citados no estudo:

EUA

Transferências para cônjuges são isentas e há limite

de isenção US\$ 13,61 milhões; considera como dedutíveis da base de cálculo doações ou legados efetuados em vida ou por disposição testamentária a entidades sem fins lucrativos; a alíquota federal varia de 18% a 40%; em alguns locais, também há tributação estadual

Canadá

Não tem tributo sobre herança, mas cobra imposto de renda sobre o espólio; doações para entidades filantrópicas elegíveis geram crédito de imposto de renda de até 50%

Reino Unido

Alíquota fixa de 40% incide sobre o espólio, com isenção para transmissões de até £325 mil; se pelo menos 10% do valor do espólio for destinado a instituições de caridade, o imposto dos ativos restantes cai para 36%; a doação registrada em testamento para instituição de caridade, clube ou partido político é isenta

Chile

Alíquota progressiva de 1% a 25%, que varia de acordo com valor, propósito da transferência e grau de parentesco do beneficiário; a doação não gera benefício fiscal para o doador ou sucessores; doações são isentas em alguns casos

Alemanha

Alíquota progressiva de 7% a 50%; não há benefício fiscal para o doador ou herdeiro; a transmissão para fundações pode ser isenta se apoiar fins qualificados

França

Alíquota progressiva de 5% a 60%; não há benefício fiscal para o doador ou herdeiro; são isentas as doações efetuadas em vida e aquelas em virtude de falecimento direcionadas a alguns fundos e entidades

Portugal

Eliminou o imposto de herança para transmissões efetuadas a cônjuges, companheiros, ascendentes e descendentes. Para transferências a irmãos, sobrinhos

ou terceiros, é necessário pagar taxa de 10%

Irlanda

Alíquota fixa de 33%; se a doação é feita para uma entidade beneficente qualificada, a organização pode pedir ressarcimento

Austrália

Não tem imposto sobre herança; em caso de venda dos bens recebidos, pode haver taxaço do ganho de capital, assim como haverá incidência do imposto de renda sobre os dividendos de ações ou aluguéis de imóveis recebidos

Coreia do Sul

Alíquotas progressivas de 10% a 50%, sem benefícios fiscais

benefício do assinante

Você tem 7 acessos por dia para dar de presente. Qualquer pessoa que não é assinante poderá ler.

benefício do assinante

assine ou faça login

**Site:** <https://www1.folha.uol.com.br/blogs/que-imposto-esse/2024/07/mudanca-no-imposto-sobre-heranca-pode-estimular-doacoes.shtml>

# Dívida em níveis de pandemia

**ROSANA HESSEL**

Apesar de o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) ter afirmado que está comprometido com a responsabilidade fiscal, os números divulgados pelo Banco Central, ontem, mostram uma realidade nada favorável ao discurso do petista. A dívida pública bruta segue crescendo e volta a se aproximar do patamar preocupante para países emergentes após o setor público registrar deficit nominal superior aos da pandemia da covid-19, entre 2020 e 2021.

Analistas alertam que esse resultado é consequência do afrouxamento das regras fiscais e do forte aumento de gastos que fizeram o rombo fiscal voltar a um quadro pior do que o registrado entre 2020 e 2021. Os dados estatísticos do BC mostram que a dívida pública bruta passou de 76,7% do Produto Interno Bruto (**PIB**), em maio, para 77,8% do **PIB**, em junho, atingindo o maior patamar desde novembro de 2021, somando R\$ 8,691 trilhões, em valores nominais. Esse saldo também recorde implica em aumento de R\$ 612,2 bilhões sobre o saldo de dezembro de 2023.

A taxa da dívida pública bruta em relação ao **PIB** é um dos principais termômetros globais sobre a capacidade de um país honrar seus compromissos. Aqui, ela segue crescendo devido ao aumento dos gastos do governo em ritmo muito mais acelerado do que a arrecadação, resultando em rombos fiscais.

Os números da dívida bruta do Brasil calculada pelo BC estão acima da média de países emergentes e da América Latina. Pelas projeções do Fundo Monetário Internacional (FMI), o endividamento público de economias emergentes e de países latino-americanos é de 69% do **PIB** e de 68% do **PIB**, respectivamente.

Rombo histórico Ainda conforme dados do BC, a necessidade de financiamento do setor público consolidado (que inclui os governos federal e regionais e as estatais) foi deficitário em R\$ 1,107,9 trilhão no acumulado em 12 meses até junho - equivalente a 9,92% do **PIB**. Foi o maior deficit nominal da história e supera o rombo janeiro de 2021, de R\$ 1,016 trilhão, no auge do aumento de gastos emergenciais do governo no combate à covid-19.

De acordo com Eduardo Velho, economista-chefe da JF Trust Gestora de Recursos, o aumento persistente da dívida pública bruta nos últimos meses não é surpresa, porque o rombo fiscal segue crescendo e continua distante da meta de deficit zero (com limite de

0,25% do **PIB**). "Os gastos públicos crescendo a uma taxa superior ao crescimento real da economia. Além disso, como a perspectiva do mercado para a **inflação** continua superior à meta central, de 3%, o Banco Central teve que manter um aperto monetário pelos juros e isso, claro, também refletiu em custo maior na colocação da dívida pública.

Analistas e especialistas em contas públicas demonstraram descaso com as declarações do presidente Lula de que não pretende gastar "mais do que ganha" a poucos dias de mais uma reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), do Banco Central, que começa hoje e termina amanhã.

"Não abrirei mão da responsabilidade fiscal. Entre as muitas lições de vida que recebi de minha mãe, dona Lindu, aprendi a não gastar mais do que ganho", afirmou Lula em seu discurso em rede nacional.

A especialista em contas públicas Selene Peres Nunes, uma das autoras da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), questionou as declarações de Lula: "Isso é dissonância cognitiva? Ou será que, repetindo muitas vezes, alguém acredita?"

Ou ele acha que vai conseguir aumentar **impostos**? Ou o malfadado imposto inflacionário?

Sigo tentando entender." Selo paraguaio A economista lembrou que, na sexta-feira passada, o Paraguai recebeu da agência de classificação de risco norte-americana Moody's o selo de bom pagador, algo que o Brasil perdeu em 2015, no governo da ex-presidente Dilma Rousseff (PT).

"Enquanto Brasil caminha para uma dívida pública bruta de 80% do **PIB** neste ano ou no próximo, Paraguai atingiu grau de investimento, pela Moody's", comparou. "Uma das razões de sucesso: cumprir a LRF", acrescentou Nunes.

A classificação da Mood's para o país vizinho passou de Ba1 para Baa3, no primeiro nível de grau de investimento, mesma nota do Panamá e da Índia, e acima do Brasil - que está a dois degraus do selo de bom pagador (Ba2).

Meta na berlinda O Banco Central inicia, hoje, a quinta reunião do Copom, com o dólar mais valorizado do que no último encontro. De acordo com relatório da XP Investimentos, o real teve o pior desempenho entre as moedas emergentes, e o cenário fiscal continua

"bastante desafiador". "Acreditamos que será necessário um contingenciamento de despesas superior ao anunciado, tendo em vista a frustração com algumas medidas de elevação de receitas e a aceleração dos gastos obrigatórios", destacou o texto, em referência ao recente anúncio de contenção de R\$ 15 bilhões de despesas no Orçamento deste ano. A XP prevê ainda nova alteração no centro da meta fiscal, passando de deficit zero para saldo negativo de 0,5% do **PIB**.

O consenso entre analistas do mercado é de manutenção na taxa básica da economia (Selic), atualmente em 10,5% ao ano. Analistas da XP esperam que a decisão seja "unânime".

**Site:**

**<https://flip.correio braziliense.com.br/edicao/impressa/6233/29-07-2024.html?all=1>**

# Moeda social fortalece economia local com distribuição de renda

LETÍCIA LOPES

Pareadas ao real, as moedas sociais brasileiras tem operações bem semelhantes às realizadas na moeda oficial do país. São usadas em pagamentos do dia a dia, financiam linhas de crédito e custeiam até benefícios sociais. Mas, com circulação restrita às suas comunidades, elas têm um potencial além: incentivam a economia solidária local e promovem a inclusão financeira dos mais pobres.

A primeira experiência surgiu há 26 anos, no Conjunto Palmeiras, na periferia de Fortaleza. Com uma população empobrecida e sem trabalho formal, lideranças comunitárias desenvolveram o Palma-Card: feita num mimeógrafo, a caderneta de crédito registrava a data e valor das compras feitas nos comércios locais. No fim do mês, o usuário pagava, em real, o que tinha comprado ao Banco Palmas, que repassava os valores aos comerciantes cadastrados.

## RIO LIDERA

O modelo foi evoluindo até a criação da moeda palmas, com cédulas de diferentes valores, e se tornar uma versão digital, pela plataforma E-dinheiro, que hoje opera as moedas sociais brasileiras.

- Todas as prefeituras e bancos comunitários que têm moedas sociais usam a plataforma, de maneira independente, pagando uma mensalidade que custeia o sistema. Temos 282 funcionários atuando na manutenção e no suporte -afirma Joaquim Melo, coordenador institucional do Banco Palmas e fundador do E-dinheiro.

Professor da FGV/Eaesp, Eduardo Diniz lembra que o surgimento das primeiras moedas sociais do mundo remontam ao início do século passado: a austríaca Wrögl e a suíça Wir, esta ainda em circulação, foram criadas em meio às dificuldades da Crise de 1929.

- Quando entramos em crise, a palavra que mais se escuta dos economistas é austeridade, ou seja, menos dinheiro circulando. Isso afeta diretamente quem é mais pobre, e as pessoas têm que inventar alternativas. As moedas sociais aparecem aí: cobrem um espaço onde há gente precisando trabalhar, mas não há dinheiro.

## "RESERVAS CAMBIAIS"

Assim como a palmas, do Ceará, as primeiras moedas sociais brasileiras foram criadas na época em que o real se consolidava após décadas de hiperinflação. Por isso, conta o professor, houve resistência do BC, que avaliava que as iniciativas "iam contra o real". A autoridade monetária, porém, acabou mudando de ideia ao longo dos anos e hoje valida e regula as moedas sociais: elas precisam ser lastreadas no real, para não criar **inflação**, e ter "reservas cambiais" na moeda oficial do país.

A experiência bem-sucedida do Conjunto Palmeiras abriu caminho para outras comunidades Brasil afora, principalmente em favelas, áreas rurais e territórios indígenas e quilombolas. De lá para cá, já são 189 moedas sociais em circulação no país, sendo a maioria (178) autônomas, restritas a determinadas comunidades.

Outras 11 são apostas de governos municipais. As cidades de Indiaroba e Nossa Senhora do Socorro, no Sergipe, têm a aratu e a ipê amarelo, respectivamente, enquanto a gaúcha Santiago tem a moeda pila. O Rio lidera com a maior quantidade: pedra bonita, em Itaboraí; itajuru, em Cabo Frio; Saquarema com a saquá; a caboclinho, de Iguaba; além da elefantina, de Porciúncula, e a macaíba, de Macaé.

A primeira moeda fluminense foi uma aposta de Maricá, ainda em 2013. A cidade tem 133 mil dos seus 192 mil habitantes recebendo a moeda. A maioria dos beneficiários, cerca de 93 mil pessoas, faz parte de um programa de renda básica, que paga 230 mumbucas por pessoa às famílias registradas no Cadastro Único (CadÚnico). Além disso, o Programa de Proteção ao Trabalhador (PPT) dá cerca de 700 a trabalhadores autônomos e microempreendedores individuais (MEIs), como ambulantes, taxistas, entregadores por aplicativo e profissionais de beleza. O mesmo valor é pago aos servidores municipais, como vale-alimentação.

## PROBLEMAS COMUNITÁRIOS

A mumbuca é aceita em 16 mil estabelecimentos comerciais e prestadores de serviço da cidade, num movimento mensal de cerca de R\$ 48 milhões. O prefeito Fabiano Horta (PT) explica que a política é



financiada principal mente com recursos vindos dos royalties de petróleo que a cidade recebe.

-A moeda trouxe uma profunda transformação da economia local. Primeiro, ao ajudar os mais vulneráveis a ter renda, mas também impulsionando a criação de novos negócios, com geração de emprego e fortalecimento das periferias -diz Horta.

A vizinha Niterói seguiu o exemplo e, em 2021, lançou a moeda arariboia, que beneficia mensalmente cem mil pessoas de 45 mil famílias em situação de vulnerabilidade, com 218 arariboias. Ao mês, o município aporta R\$ 19 milhões em distribuição de renda.

-Nosso foco são as famílias do CadÚnico, mas estamos preparando uma expansão do benefício para as mães de filhos com deficiência e autismo - planeja o prefeito Axel Graef (PDT). - Os beneficiários usam os valores principalmente com alimentos e medicamentos, ou seja, há uma melhora muito grande na qualidade de vida dessas famílias.

Assim como em outras cidades, o recolhimento de **impostos** funciona normalmente. Nas operações de conversão para o real, 2% ficam retidos e são direcionados para um fundo que financia iniciativas de economia solidária, como coletivos de produção, cooperativas e iniciativas comunitárias.

## SOLUÇÃO AMBIENTAL

As operações não ficam restritas às compras em comércios locais ou serviços prestados por empreendedores da cidade. Alguns bancos comunitários ou municipais também apostam na concessão de crédito nas moedas locais.

Diniz destaca ainda o potencial das moedas sociais como incentivo para a solução de problemas comunitários. Na cidade gaúcha de Santiago, a pila verde e azul incentiva os moradores a separar corretamente lixo orgânico e materiais recicláveis. Nas cidades de Batalha, Jacaré dos Homens, Jaramataia e Major Isidoro, no sertão de Alagoas, a moeda caatinga tenta mitigar a emissão de gases poluentes da produção agropecuária. O Fundo Nacional de Permanência na Terra (Funpet) paga semestralmente mil caatingas por hectare para 500 famílias que apostam na produção agroflorestal.

-A moeda social passa a ter uma diversidade de formatos. Na crise ambiental que vivemos, é uma ferramenta importante para educar as pessoas e criar soluções alternativas - diz o especialista da FGV.

"As moedas sociais cobrem um espaço onde há gente

precisando trabalhar, mas não há dinheiro"

"Na crise ambiental que vivemos, é uma ferramenta importante para educar as pessoas e criar soluções alternativas "

Eduardo Diniz, professor da FGV/Eaesp

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# Medidas de bloqueio atingirão todas as áreas, diz Ceron

**AMANDA PUPO BRASÍLIA**

O secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ceron, reforçou ontem que todos os órgãos deverão ser afetados pela contenção de R\$ 15 bilhões no Orçamento, prevista no 3.º Relatório Bimestral de Avaliação de Receitas e Despesas. O ministro da Casa Civil, Rui Costa, já havia antecipado, na última sexta-feira, que todos os ministérios seriam impactados pelo congelamento de recursos. Em entrevista à CNN Brasil, Ceron disse que o detalhamento de bloqueios e contingenciamentos por órgão já está fechado.

"Já temos o balanço de quanto cada órgão vai ter de contribuir com ajuste. Claro, há ansiedade dos órgãos sobre quanto cada um será afetado, mas como o próprio ministro (Rui Costa) falou, todos vão contribuir de alguma forma com o ajuste. Amanhã (hoje) nós iniciamos o diálogo com os órgãos, que vão poder ter tempo de indicar, dado o valor, qual a escolha onde fazer as restrições", disse Ceron.

Questionado se as emendas parlamentares também seriam afetadas, Ceron disse apenas que a lei de diretrizes orçamentárias prevê essa possibilidade e que é mais "saudável" não concentrar medidas em um único órgão. "As medidas de bloqueio e contingenciamento serão amplas e atingirão todos os órgãos", reforçou.

"BOM MOMENTO". O secretário também foi questionado sobre o impacto do congelamento no orçamento de Saúde e Educação, mas ressaltou que essas pastas contam com previsão de recursos bastante positiva em razão dos pisos constitucionais.

Sobre a meta fiscal e as desconfianças do mercado com relação ao seu cumprimento, Ceron voltou a afirmar que a discussão de agentes privados atualmente não é mais sobre se será possível ou não atingir o déficit zero, mas sobre o tamanho da contenção orçamentária necessária para se chegar a esse resultado, o que seria uma evolução no debate, na sua avaliação.

"Hoje temos condição de atingir o resultado com as medidas que estão sendo tomadas.

No próximo, se for necessário, a gente ajusta", disse

Ceron, destacando ainda que a ancoragem de expectativas sobre a política fiscal "ajuda muito" no trabalho do Banco Central. "O Brasil está num bom momento econômico, com crescimento, **inflação** baixa, nível de emprego cada vez maior", avaliou.

Fiscal Secretário diz que as medidas de contenção anunciadas permitem o cumprimento da meta

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Dívida bruta do governo sobe e vai a 77,8% do PIB

**CÍCERO COTRIM AMANDA PUPO BRASÍLIA**

A dívida pública brasileira atingiu em junho 77,84% do Produto Interno Bruto (**PIB**), o maior nível desde novembro de 2021, quando chegou a 78,20%. Em maio, o endividamento do governo estava em 76,7% do **PIB**. De acordo com os dados divulgados ontem pelo Banco Central, em valores, a chamada Dívida Bruta do Governo Geral era de R\$ 8,69 trilhões.

Em entrevista para comentar os dados fiscais de junho, o chefe do Departamento de Estatísticas do Banco Central, Fernando Rocha, chamou a atenção para a contribuição dos juros e da desvalorização cambial de 6,1% no mês passado para o aumento do estoque da dívida pública.

**PARÂMETRO DE RISCO.** A Dívida Bruta do Governo Geral - que abrange o governo federal, os governos estaduais e municipais, excluindo o Banco Central e as empresas estatais - é uma das referências para avaliação, por parte das agências globais de classificação de risco, da capacidade de solvência do País. Na prática, quanto maior a dívida, maior o risco de calote por parte do País.

O pico da série histórica da dívida bruta nacional foi alcançado em dezembro de 2020, 87,6%, em meio aos gastos emergenciais com as medidas fiscais adotadas durante a pandemia de covid-19. No melhor momento, em dezembro de 2013, a dívida bruta chegou a 51,5% do **PIB**.

"A dívida pública está subindo desde o começo do ano passado e não devemos observar uma reversão dessa tendência nos próximos trimestres", observaram os economistas do Bradesco, em relatório divulgado ontem. De acordo com a avaliação do banco, o resultado nominal deve seguir se "deteriorando", sobretudo pelo nível elevado dos juros, o que aumenta os gastos com o financiamento da dívida.

**DÍVIDA LÍQUIDA.** De acordo com os dados do BC, a Dívida Líquida do Setor Público (DLSP) também subiu no sexto mês do ano, para 62,2% do **PIB**, ante a proporção de 62,1% em maio, e atingiu R\$ 6,94 trilhões. A dívida líquida apresenta valores menores do que os da bruta porque leva em consideração as reservas internacionais do Brasil.

Fernando Rocha, do BC, ressaltou que no caso da dívida líquida a desvalorização de 6,1% do real frente ao dólar em junho teve impacto negativo de 0,7 ponto percentual do **PIB**, devido à valorização, em reais, das reservas externas do BC. Em contrapartida, o aumento dos juros nominais da dívida adicionou 0,8 ponto do **PIB** à dívida. "Esses dois movimentos aconteceram em sentido inverso, e a dívida (líquida) ficou basicamente estável, com um aumento de 0,1 ponto percentual", observou Rocha.

A dívida líquida em percentual do **PIB** continuou, como já estava em maio, no maior nível desde setembro de 2002 (62,45% do **PIB**).

**Impacto** De acordo com o BC, a alta dos juros nominais adicionou 0,8 ponto percentual do **PIB** à dívida

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Mercado volta a elevar projeção do IPCA para 2024

*I FERNANDA TRISOTTO/BRASÍLIA*

O mercado financeiro voltou a elevar suas projeções para a **inflação** deste ano. A mediana do IPCA de 2024 passou de 4,05% na semana passada para 4,10%, de acordo com o Boletim Focus do Banco Central, divulgado ontem.

Há um mês, essa projeção era de 4% - o centro da meta para o ano é de 3%, com margem de tolerância de 1,5 ponto, para mais ou para menos. A mediana para 2025, horizonte relevante da política monetária, também subiu, de 3,90% para 3,96%. Há um mês, era de 3,87%.

Às vésperas de o Comitê de Política Monetária (Copom) se reunir, a mediana coletada entre os agentes do mercado pelo Focus para a taxa Selic no fim de 2024 continuou em 10,50%, pela sexta semana consecutiva.

Em junho, o Copom manteve a Selic em 10,50%, por unanimidade, e comunicou a "interrupção" do ciclo de cortes. A mediana do Focus para a Selic no fim de 2025 permaneceu em 9,50% pela sexta semana consecutiva.

Para 2026, seguiu em 9%, como já estava havia 11 semanas.

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Mercado aumenta previsão de crescimento do PIB e de inflação em 2024

**PAULO RENATO NEPOMUCENO**  
[paulo.renato@oglobo.com.br](mailto:paulo.renato@oglobo.com.br)

IPCA acima de 4%, dólar a R\$ 5,30 e uma economia crescendo quase 2,2%. E o que aponta o último Relatório Focus, elaborado pelo Banco Central (BC) com as expectativas do mercado financeiro, divulgado ontem. Agora, os analistas esperam **inflação** maior este ano e também em 2025, com um Produto Interno Bruto (**PIB**) um pouco melhor.

As projeções para o IPCA, de acordo com o Focus, passaram de 4,05% para 4,1% - ainda abaixo do teto da meta, de 4,5%, mas um pouco mais distante do centro, de 3%. Para 2025, a expectativa também piorou, saindo de 3,9% para 3,96%.

-O boletim sinaliza, mais uma vez, a preocupação quanto à reação da **inflação**, que segue demonstrando resiliência. Investidores estarão de olho quanto ao posicionamento e sinalizações do Banco Central para as próximas reuniões quanto à definição de taxa de juros -afirma Sidney Lima, analista da Ouro Preto Investimentos.

O Comitê de Política Monetária (Copom) se reúne hoje e amanhã para decidir sobre a taxa básica de juros (Selic). Segundo 19 casas ouvidas pela Bloomberg, ela será mantida em 10,5% até o fim do ano.

"As expectativas de **inflação** seguem desancorando. Os números (do Focus) adicionam um viés hawkish (de aperto monetário) à reunião do Copom. Esperamos que o Banco Central mantenha a taxa, mas os riscos de uma mensagem mais agressiva aumentaram", disse o Citi em relatório.

O banco avalia que a Selic se manterá em 10,5% até o fim de 2025. Já o Focus aponta a taxa a 9,5% em dezembro do ano que vem. Para 2024, a expectativa é que se mantenha no patamar atual.

A previsão para o **PIB** de 2024 também aumentou. O mercado agora vê crescimento de 2,19%, contra 2,15% há uma semana. Para 2025, a estimativa teve uma leve alta, de 1,93% para 1,94%.

No câmbio, a expectativa é que o dólar encerre o ano a R\$ 5,30. No fim de 2025, a projeção é de R\$ 5,25. Ontem, a di- visa recuou 0,57%, a R\$ 5,62: -A queda

do dólar aqui no Brasil foi isolada, com o real sendo uma das melhores moedas no mundo (frente ao dólar). Pode ser um pouco de pressão diminuindo, pois sofreu muito nos últimos dias -diz Evandro Buccini, sócio da Rio Bravo Investimentos.

O Ibovespa caiu 0,42%, aos 126.953 pontos. O maior peso foi da Petrobras: a ação ordinária (ON, com voto) perdeu 2,52%, a R\$ 39,82, e a preferencial (PN, sem voto) recuou 2,02%, a R\$ 36,88. A petrolífera fez uma oferta por uma participação em um campo de petróleo na Namíbia. Analistas temem impacto na distribuição de dividendos.

2,15% é a projeção para o crescimento do **PIB** em 2024 A expectativa do mercado, compilada no Relatório Focus, teve uma melhora frente à semana anterior

4,1% é a estimativa para o IPCA no fim deste ano Analistas ressaltam a desancoragem em relação à meta de **inflação** do BC, cujo centro é 3%

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# Compromisso para tributar super-ricos

O G20 se comprometeu a "cooperar" para tributar os bilionários, mas sem chegar a um acordo sobre a criação de um imposto global sobre grandes fortunas, segundo declaração final emitida sexta-feira passada pelos ministros das Finanças no Rio de Janeiro.

"Respeitando plenamente a soberania fiscal, nos esforçaremos para cooperar a fim de garantir que as pessoas super-ricas sejam efetivamente tributadas", diz o texto assinado pelas maiores economias do mundo.

Além do Brasil, França, África do Sul, Espanha e União Africana apoiaram a criação de um imposto global sobre os super-ricos, enquanto EUA e Alemanha se opuseram, considerando que a tributação deve ser competência de cada país.

Um acordo global para uma tributação mínima sobre bilionários é uma das principais propostas econômicas do Brasil em sua presidência rotativa do G20. A taxação, segundo estudo feito pelo economista francês Gabriel Zucman, diretor do Observatório Fiscal Europeu, a pedido do Brasil, poderia gerar receitas de até US\$ 688 bilhões às nações (R\$ 3,7 trilhões) anualmente.

Tal montante -que é similar ao Produto Interno Bruto (**PIB**) da Argentina e ao da Polônia -poderia ser usado para enfrentar questões globais para as quais já não se encontra espaço em orçamentos públicos cada vez mais enxutos.

## INÍCIO DA CONVERSA"

O potencial de arrecadação de um imposto sobre grandes fortunas depende do número de pessoas a serem tributadas, da taxa do imposto, do número de nações que o adotarem e das ferramentas disponíveis para identificar, fiscalizar e cobrar os contribuintes.

O cálculo do valor no estudo de Zucman considera uma taxa de 3% sobre indivíduos com patrimônio superior a US\$ 100 milhões e bilionários (acima de US\$ 1 bilhão). No cenário de uma alíquota de 2% apenas sobre bilionários, o valor arrecadado seria de US\$ 250 bilhões.

O economista celebrou que "pela primeira vez na História, os países do G20 concordam que a forma como tributamos os multimilionários deve ser modificada".

Em entrevista ao GLOBO em abril, Zucman afirmou que tributar bilionários e grandes multinacionais é tarefa moral, econômica e política. Para ele, ainda levará alguns anos até que se chegue a um consenso.

No entanto, o novo tributo não precisa do acordo de todos os países para vigorar, podendo funcionar em nações individualmente. Uma das opções seria a criação do "imposto de saída", que incidiria sobre os contribuintes que deslocassem seus ativos para nações que ficarem de fora de um eventual acordo.

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# Apesar de alívio com dólar, ansiedade pré-Copom deixa juro futuro em alta

**Gabriel Roca, Maria Fernanda Salinet e Gabriel Caldeira  
De São Paulo**

Às vésperas das decisões de política monetária no Brasil e nos Estados Unidos, a dinâmica de piora das expectativas de **inflação** voltou a pesar na dinâmica dos juros futuros, em um ambiente que ainda contempla um déficit primário do setor público consolidado maior que o estimado pelo mercado. A bolsa registrou perdas, em um dia negativo para as ações da Petrobras. O câmbio, porém, se desvencilhou do contexto desfavorável para os ativos locais e o dólar fechou em queda contra o real.

No entanto, a sensação de que a depreciação do câmbio pode ser, em boa medida, definitiva, continuou no radar. No Boletim Focus, a piora das expectativas para o real se consolidou. Embora a mediana das projeções para o dólar no fim deste ano tenha se mantido em R\$ 5,30, o ponto-médio das estimativas para a cotação da moeda americana em 2025 e em 2026 passou de R\$ 5,23 para R\$ 5,25.

O dólar encenou o dia a R\$ 5,6255, em queda de 0,57%, em um movimento que destoou de outras moedas ao redor do globo. No entanto, diante da piora recente do câmbio doméstico e da dinâmica desfavorável das expectativas inflacionárias, a ansiedade que recai sobre a decisão do Comitê de Política Monetária (Copom) de amanhã tem tomado conta do mercado de juros, que continua a embutir nos preços um aumento de 1 ponto percentual na Selic até o fim deste ano.

Enquanto o horizonte relevante da política monetária deve abarcar, em especial, o ano-calendário de 2025, o Boletim Focus voltou a mostrar um aumento na mediana das projeções dos economistas de mercado para o IPCA do próximo ano, que passou de 3,90% para 3,96%. A **inflação** "implícita" também voltou a subir: a **inflação** extraída da NTN-B com vencimento em maio de 2025 passou de 4,59% para 4,62%.

Nesse ambiente, e diante de um contexto que contempla uma situação fiscal pior, como mostraram os dados de junho, os juros futuros voltaram a subir. A taxa do DI para janeiro de 2026 avançou de 11,705% para 11,73%, enquanto a do DI para janeiro de 2029 passou de 12,15% para 12,18%.

Em nota, os profissionais da Legacy Capital observam que o desvio da projeção no modelo de **inflação** do Banco Central em relação ao centro da meta, no cenário de juros estáveis ao longo do horizonte relevante, sempre foi um bom indicador da postura monetária a ser implementada pelo Copom. Eles notam que, durante os períodos em que os desvios foram respondidos com afrouxamento ou aperto das taxas de juros, o BC obteve sucesso relativo no cumprimento da meta.

"Nossas estimativas sugerem que a projeção de **inflação** a ser apresentada pelo BC, na reunião do Copom da próxima semana, no cenário com juros estáveis, dificilmente será inferior a 3,4%. O patamar de desvio de 0,4 ponto seria compatível com elevação imediata dos juros já nesta próxima reunião", aponta a Legacy.

Para os profissionais da gestora, nesse contexto, o BC precisaria preparar o mercado para um provável aumento na Selic já na reunião de setembro, "sob pena de induzir depreciação ainda maior da taxa de câmbio e desancoragem adicional das expectativas de **inflação**, o que tornaria o trabalho de reenquadramento da **inflação** à meta mais custoso, no futuro".

Vale apontar, ainda, que a sessão de ontem foi marcada por uma leve queda dos rendimentos dos Treasuries - a taxa da T-note de dez anos caiu de 4,200% para 4,179% -, enquanto as bolsas de Nova York rondaram os ajustes. O índice Dow Jones caiu 0,12%; o S P 500 subiu 0,08%; e o Nasdaq ganhou 0,07%, em um ambiente de ampla expectativa pela decisão de política monetária do Federal Reserve (Fed), também na quarta-feira.

Já o Ibovespa não resistiu à alta dos juros futuros e à indefinição externa e encerrou o pregão em queda de 0,42%, aos 126.954 pontos. Em dia de queda do petróleo no mercado internacional, as ações ordinárias da Petrobras cederam 2,52%, enquanto as preferenciais caíram 2,02%, diante da possibilidade de a petroleira aumentar seus ativos e diminuir a distribuição de dividendos, o que pesou sobre a bolsa brasileira.

"O conjunto da obra acaba impactando mais do que dados isolados", diz o gestor Eduardo Grübler, da

AMW, gestora de ativos da Warren. Para ele, a divulgação do decreto de programação orçamentária e financeira do governo, no qual será detalhado como o congelamento de R\$ 15 bilhões irá ocorrer, poderá dar o tom de que cortes nas despesas poderão de fato ser executados.

"O mercado parece estar dando o benefício da dúvida para o governo, mas precisa de algo mais palpável, para mostrar que não vai ter uma benesse fiscal durante os próximos períodos", diz o gestor. "Mas o mercado dá sinais claros de que precisa de apenas dois ou três dados que sejam factíveis. O pessoal quer ver a bolsa subir." Grübler destaca, ainda, a entrada de capital estrangeiro em julho na bolsa, com superávit de R\$ 4,28 bilhões até o momento. "Não quer dizer que os desafios do Brasil não sejam importantes, mas o fluxo que vem de fora acaba mudando a conversa e é determinante para a bolsa no curto e médio prazo."

3,96% é a projeção para o IPCA de 2025 no Boletim Focus

**Site:** <https://valor.globo.com/virador#/edition/187942>



# Expectativa de inflação cria dificuldade para o BC

**Análise Alex Ribeiro De São Paulo**

As expectativas de **inflação** do mercado financeiro para o ano que vem voltaram a se deteriorar, subindo de 3,9% para 3,96%, colocando mais pressão no Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central (BC) às vésperas de sua reunião de julho.

Com projeções do setor privado cada vez mais altas, fica mais difícil o colegiado convencer o mercado financeiro de que a simples manutenção da taxa básica de juros é suficiente para cumprir a meta de **inflação** de 3% em 2025. O mercado precifica altas de juros a partir de novembro.

Desde o mais recente encontro, de junho, as projeções de **inflação** do mercado financeiro acumulam uma alta de 0,16 ponto percentual, apesar da indicação dos membros do Copom de que estão unidos em uma estratégia mais conservadora.

A piora adicional das expectativas, porém, deve ser analisada com algum cuidado. Em parte, era esperada. As expectativas de **inflação** costumam ter uma certa inércia, ou seja, demoram para desacelerar, parar ou mudar de direção em resposta a fatos novos. Isso ocorre porque as expectativas representam a visão mediana do conjunto de analistas de mais de 200 instituições financeiras, e algumas levam mais tempo do que as outras para ajustaras suas projeções.

O ano de 2025 também está próximo o suficiente para ser contaminado pela evolução da **inflação** corrente. Desde a reunião de junho, os analistas reviram a sua projeção de **inflação** para 2024 de 4% para 4,1%, e isso acaba contaminando o índice de preços do ano seguinte. Reajuste de combustíveis e alta do dólar devem ter pesado nessa revisão.

O mais importante talvez seja o fato de que as expectativas de **inflação** para 2026 pararam de piorar desde fins de maio, embora estejam mais altas (3,6%) do que a meta (3%). Apenas a partir da reunião desta semana o Copom vai incluir o ano de 2026 no seu horizonte relevante. As projeções para os anos de 2027 em diante seguem estacionadas em 3,5%, também acima da meta de 3%, mas sem piora adicional. As expectativas para prazos mais longos são o principal termômetro da credibilidade da política monetária.

Isso não quer dizer que a piora nas expectativas para 2025 não tenha nada a ver com problemas na credibilidade do BC, que se esforça para colocar a **inflação** na meta em um ambiente bastante desfavorável.

O cenário externo para países emergentes piorou nas últimas semanas, os analistas consideraram insuficiente o congelamento de despesas para o cumprimento da meta fiscal deste ano e ainda há muita dúvida se o presidente do BC a ser nomeado pelo governo Lula terá autonomia de fato para perseguir a meta de **inflação**.

A alta adicional da projeção para 2025, porém, coloca uma dificuldade caso o Copom queira, mais uma vez, sinalizar que a manutenção dos juros em 10,5% é suficiente para levar o índice de preços para a meta (também de 3%) no ano que vem. Em junho, o Copom divulgou uma projeção alternativa de **inflação** que mostrava que, se não cortar os juros em 2025, a **inflação** ficaria em 3,1%. Em tese, as projeções do BC deveriam ser influenciadas pelos mesmos fatores negativos que levaram os analistas privados a rever as suas projeções.

**Site:** <https://valor.globo.com/virador#/edition/187942>

# Universalização pode somar R\$ 58 bilhões por ano ao PIB

**Domingos Zapparoli Para o Valor, de São Paulo**

Investir em saneamento básico é uma ação que gera amplo retorno econômico e social, com impacto na saúde pública, na educação e na produtividade. Estudo da consultoria GO Associados e do Instituto Trata Brasil (ITB) estima que o Brasil precisa investir R\$ 46,3 bilhões por ano por 11 anos seguidos para universalizar os serviços de água tratada e esgotamento sanitário. Efetivado, o investimento proporcionará um crescimento do **PIB** de R\$ 58,1 bilhões anualmente.

O país está longe de alcançar o patamar de investimento necessário. A média dos últimos cinco anos terminados em 2022 foi de R\$ 20,9 bilhões. "Neste ritmo, a universalização só ocorrerá em 2070", diz Luana Pretto, presidente-executiva do ITB. O estudo "Avanços do Novo Marco Legal do Saneamento Básico no Brasil de 2024" avalia os impactos até aqui da Lei nº 14.026/2020, que completou quatro anos em julho. O marco legal determina o atendimento de 99% da população com abastecimento de água tratada e 90% com esgotamento sanitário até 2033.

De acordo com o Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS), 15,1% da população não conta com água potável e 44% vivem em moradias que não contam com coleta de esgoto. São mais de 90 milhões de brasileiros diretamente afetados. Apenas 51,2% do esgoto gerado no país é tratado. O restante é despejado na natureza, impactando o meio ambiente e a qualidade de vida de todo o país.

O estudo da GO Associados e do ITB demonstra que o país convive com duas realidades bastante distintas em relação às perspectivas de universalização do saneamento. De um lado, estão governos que buscam parcerias com a iniciativa privada para viabilizar a universalização dos serviços. De outro, gestores públicos inertes.

Desde 2020 até junho deste ano, de acordo com a GO Associados, foram firmados 30 contratos de parcerias público-privadas (PPPs) e concessões para viabilizar a universalização dos serviços para atender municípios em vários Estados do país, como Amapá, Rio de Janeiro, Ceará e Alagoas. Os contratos somam investimentos de R\$ 71 bilhões para o atendimento

total de 33 milhões de pessoas.

Em julho, o governo de São Paulo vendeu 31,7% das ações da Sabesp. A nova controladora, a Equatorial, prometeu investir R\$ 70 bilhões até 2029 na universalização da água e do esgoto nas 375 cidades atendidas pela companhia. A GO Associados estima que a privatização impulsionará um investimento de R\$ 260 bilhões no atendimento de 30,6 milhões de pessoas.

A consultoria constatou que há outros 12 projetos de concessões e PPPs programados para irem a leilão até 2026 que, uma vez efetivados, vão promover mais R\$ 115 bilhões de investimentos em capex e impactar um total de 36 milhões de pessoas em 12 Estados. Foram identificados ainda outros 67 potenciais projetos em diferentes estágios de maturação que podem atender 5 milhões de pessoas.

Por outro lado, o estudo também constatou a existência de 579 municípios, onde moram por volta de 10 milhões de pessoas, que não demonstraram capacidade de universalização do saneamento e também não há, até aqui, nenhuma sinalização por parte de seus gestores na busca de solução para o problema. Roraima, Paraíba, Piauí e Acre concentram a maioria destas cidades. "São municípios que investem, em média, R\$ 27,29 por habitante ao ano em saneamento, quando o valor médio necessário é de R\$ 231,00", diz Pretto.

A falta de saneamento básico afeta principalmente a população mais pobre e perpetua a pobreza. De acordo com pesquisa do ITB e da EX Ante Consultoria Econômica, entre os brasileiros com renda domiciliar per capita de até meio salário mínimo, 44,9% não contam com coleta de esgoto e 43,7% não têm água tratada. Entre os brasileiros com renda domiciliar per capita acima de três salários mínimos, os déficits são de 4,1% e 3,4% respectivamente. "Quem mora onde não há saneamento está mais exposto a verminoses e doenças", diz Jaime Oliveira, pesquisador da Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca (Enesp). "Pessoas constantemente doentes são pouco produtivas, faltam ao trabalho e perdem renda, faltam mais à escola e têm mais dificuldade de aprendizado." Segundo o ITB, por ano, mais de 40 milhões de pessoas se afastam temporariamente de suas atividades em consequência de doenças geradas pela

falta de saneamento. Entre os estudantes que são moradores de domicílios sem água tratada e coleta de esgoto, as notas no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) são, em média, 14% menores em comparação com aqueles que vivem em áreas saneadas.

Universalizar os serviços de água tratada e esgoto tem potencial de ampliar em 4,9% a renda média das pessoas expostas à falta de saneamento, diz a Ex Ante. Também reduz os gastos públicos com saúde. "A estimativa é que cada R\$ 1 investido em saneamento economize R\$ 5 em saúde pública", diz Oliveira. Outro benefício seria a redução de vetores de doenças.

-

"Licença social" viabiliza atendimento para baixa renda

Um dos principais desafios para a universalização do saneamento básico é levar os serviços de água tratada e coleta de esgoto até as favelas e outras comunidades carentes do país. Além de implementara infraestrutura em terrenos irregulares e moradias informais, os prestadores de serviços precisam conquistar uma espécie de "licença social", o apoio da comunidade para a implementação da infraestrutura, principalmente em localidades dominadas pelo crime organizado. Outro desafio é estabelecer uma tarifa com valor condizente com a renda dos moradores.

"A população precisa estar convencida dos benefícios gerados pelo saneamento, caso contrário os prestadores de serviços não entram na comunidade e, se entrar, os moradores não pagam pelos serviços", diz Jaime Oliveira, pesquisador da Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca (Enesp). Para obter a "licença social" de operação, as companhias têm adotado duas estratégias. Uma é privilegiar a contratação de funcionários oriundos das comunidades. A Águas do Rio, do grupo Aegea, que atende a 26 cidades do Rio de Janeiro e vários bairros da capital fluminense, conta com cerca de 12 mil colaboradores, entre contratados e prestadores de serviços terceirizados, sendo que 50% deles são provenientes de comunidades atendidas pela companhia.

A outra estratégia é o estabelecimento de tarifas sociais. De acordo com a Associação e Sindicato Nacional das Concessionárias Privadas de Serviços Públicos de Água e Esgoto (Abcon Sindcom), 10,5% dos clientes residenciais atendidos por operadores privados são contemplados com tarifas sociais. O contrato de privatização da Sabesp, por exemplo, estabelece um desconto de 10% nas tarifas da população de baixa renda.

A Aegea é uma das pioneiras no país no estabelecimento de estratégias de implementação de serviços de saneamento em comunidades carentes. Em 2018, a subsidiária Águas de Manaus criou o programa Vem Com a Gente (VCG), incorporado ao modelo operacional da companhia que, hoje, atende 500 municípios em 15 Estados.

Metade das casas de Manaus (AM) está em favelas e assentamentos informais, muitas delas palafitas construídas nas margens dos igarapés. "Foram feitas visitas porta a porta, para entender as dificuldades locais", diz Édison Carlos, presidente do Instituto Aegea. Para levar a infraestrutura em áreas de palafitas, foram implementadas redes aéreas de água sem contato com os igarapés. Já são 200 km de redes de água tratada implementadas em áreas vulneráveis da cidade, que beneficiam cerca de 200 mil pessoas.

A companhia agora está dedicada a implementação de um sistema de coleta e tratamento de esgoto nas casas em palafitas, que realiza a drenagem sanitária por meio de redes aéreas com conexões às redes coletoras existentes nas proximidades. O modelo exige um mapeamento da localização do banheiro de cada casa e a implementação de conexões intra-residenciais, fornecidas pela empresa.

A Aegea também estabeleceu dois modelos de tarifas sociais. A "Tarifa 10", que estabelece a cobrança fixa de R\$ 10 nas contas de água e de esgoto para clientes que estão em situação de vulnerabilidade social. Hoje, são 28 mil famílias atendidas. E a "Tarifa Manauara", que atende 100 mil famílias por meio de descontos na tarifa. No Rio de Janeiro, 470 mil famílias atendidas pela Águas do Rio contam com tarifas sociais.

"Quem mora onde não há saneamento está mais exposto a verminoses e doenças" Jaime Oliveira

**Site:** <https://valor.globo.com/virador#/edition/187942>

# Déficit ultrapassa R\$40 bilhões

Brasília - O setor público consolidado, que engloba governo federal, estados, municípios e estatais, teve déficit de R\$ 40,9 bilhões em junho, menos que o saldo negativo de R\$ 48,9 bilhões de igual mês de 2023, informou ontem o Banco Central (BC).

Em 12 meses o saldo negativo é de R\$ 272,2 bilhões, o que equivale a 2,44% do Produto Interno Bruto (**PIB**), índice 0,08 ponto percentual inferior ao acumulado em 12 meses até maio. O BC informou ainda que a Dívida Líquida do Setor Público fechou junho em 62,2% do **PIB** (R\$ 6,9 trilhões), aumento de 0,1 ponto percentual do **PIB** no mês.

**Site:**

<https://digital2.correiodopovo.com.br/pub/correiodopovo/?edicao=11158>

# Títulos do Tesouro Direto giram R\$ 5,68 bi em junho

Brasília - Com 760.086 operações que somaram R\$ 5,68 bilhões em junho, os investimentos em títulos do Tesouro Direto registraram o maior número da série histórica. De acordo com o Tesouro Nacional, foram registrados R\$ 3,27 bilhões em resgates, e R\$ 2,41 bilhões em emissões líquidas.

A maior parte (54,2%) teve como origem aplicações de até R\$ 1 mil no mês. Já o valor médio por operação ficou em R\$ 7.476,39. Com relação ao prazo, títulos com vencimento entre um e cinco anos foram os mais procurados, representando 60,3% do total. Aplicações em títulos com vencimento acima de dez anos representaram 27,3%. Já os títulos com vencimento de cinco a dez anos corresponderam a 12,3% do total.

O total de investidores ativos no Tesouro Direto chegou a 2.663.214 em junho, número que registra 44.213 pessoas mais no mês. Já o número de investidores cadastrados aumentou 17,4% em relação a junho de 2023, percentual que corresponde a 295.379 novos cadastros, em um total de 28.962.851 de pessoas.

Segundo o Tesouro, a maior demanda entre o grupo de títulos foram os indexados à **inflação**, com um total de R\$ 3,06 bilhões, o que representa 53,8% do total observado em junho.

Títulos indexados à taxa Selic, que está em 13,5% ao ano, representaram 36,1% das vendas, somando R\$ 2,05 bilhões. Já os títulos prefixados foram responsáveis por uma fatia de 10,1% do total, o que corresponde a um total de R\$ 575,2 milhões em vendas.

"Destaque para os novos títulos Tesouro RendA+, com R\$ 218,1 milhões em vendas (3,8% do total), e Tesouro Educa+, com R\$ 69,1 milhões em vendas (1,2% do total)", informou o Tesouro Nacional.

Títulos indexados à taxa Selic foram os que predominaram nas recompras (resgates antecipados), somando R\$ 1,99 bilhão (60,8%). Títulos remunerados por índices de preços totalizaram R\$ 917,6 milhões (28,1%), enquanto os prefixados totalizaram R\$ 364,4 milhões (11,1%).

Estoque - O estoque total do Tesouro Direto fechou junho em R\$ 143,2 bilhões. O resultado é 2,5% maior

do que o observado em maio, quando fechou em R\$ 139,6 bilhões.

Os títulos que se mantiveram como os mais representativos foram os remunerados por índices de preços, somando R\$ 72,1 bilhões, o que representa 50,4% do estoque. Os títulos indexados à taxa Selic totalizaram R\$ 52,2 bilhões (36,5% do total), enquanto os prefixados somaram R\$ 18,9 bilhões (13,2%).

Os títulos com vencimento em até um ano responderam por 21,8% dos títulos em estoque no mês, totalizando R\$ 31,2 bilhões. Os com vencimento entre um e cinco anos corresponderam a 46,7% das operações com títulos em estoque, totalizando R\$ 66,8 bilhões. Já os com prazo de vencimento acima de cinco anos representaram 31,5%, somando R\$ 45,2 bilhões.

A venda de títulos é uma forma que o governo tem de captar recursos para pagar dívidas e honrar compromissos. O Tesouro Nacional devolve o valor com um adicional que pode variar de acordo com a Selic, índices de **inflação**, câmbio ou uma taxa definida antecipadamente nos papéis pré-fixados. (ABr) %

**Site:** <https://publisher.diariodocomercio.com.br/central-do-leitor/digital/>

# Mercado aumenta a estimativa de inflação

Brasília - A previsão do mercado financeiro para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), considerado a **inflação** oficial do País, aumentou de 4,05% para 4,10% neste ano. A estimativa está no Boletim Focus de ontem, pesquisa divulgada semanalmente pelo Banco Central (BC) com a expectativa de instituições financeiras para os principais indicadores econômicos.

Para 2025, a projeção da **inflação** subiu de 3,9% para 3,96%. Para 2026 e 2027, as previsões são de 3,6% e 3,5%, respectivamente.

A estimativa para 2024 está acima da meta de **inflação**, mas ainda dentro de tolerância, que deve ser perseguida pelo BC. Definida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), a meta é 3% para este ano, com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo. Ou seja, o limite inferior é 1,5% e o superior 4,5%.

A partir de 2025, entrará em vigor o sistema de meta contínua, assim, o CMN não precisa mais definir uma meta de **inflação** a cada ano. Em junho deste ano, o colegiado fixou o centro da meta contínua em 3%, com margem de tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo.

Para alcançar a meta de **inflação**, o Banco Central usa como principal instrumento a taxa básica de juros, a Selic, definida em 10,5% ao ano pelo Comitê de Política Monetária (Copom). A alta recente do dólar e o aumento das incertezas econômicas fizeram o BC interromper o corte de juros iniciado há quase um ano. Na última reunião, em junho, por unanimidade, o colegiado manteve a Selic nesse patamar após sete reduções seguidas.

Para o mercado financeiro, a Selic deve encerrar 2024 no patamar que está hoje, em 10,5% ao ano. Para o fim de 2025, a estimativa é que a taxa básica caia para 9,5% ao ano. Para 2026 e 2027, a previsão é que ela seja reduzida, novamente, para 9% ao ano, para os dois anos.

Quando o Copom aumenta a taxa básica de juros a finalidade é conter a demanda aquecida, e isso causa reflexos nos preços porque os juros mais altos encarecem o crédito e estimulam a poupança. Mas, além da Selic, os bancos consideram outros fatores na hora de definir os juros cobrados dos consumidores, como risco de inadimplência, lucro e despesas administrativas. Desse modo, taxas mais altas também

podem dificultar a expansão da economia.

Quando o Copom diminui a Selic, a tendência é que o crédito fique mais barato, com incentivo à produção e ao consumo, reduzindo o controle sobre a **inflação** e estimulando a atividade econômica.

**PIB** - A projeção das instituições financeiras para o crescimento da economia brasileira neste ano subiu de 2,15% para 2,19%. Para 2025, a expectativa para o Produto Interno Bruto (**PIB**) - a soma de todos os bens e serviços produzidos no país - é de crescimento de 1,94%. Para 2026 e 2027, o mercado financeiro estima expansão do **PIB** em 2%, para os dois anos.

Superando as projeções, em 2023 a economia brasileira cresceu 2,9%, com um valor total de R\$ 10,9 trilhões, de acordo com o IBGE. Em 2022, a taxa de crescimento foi 3%.

A previsão de cotação do dólar está em R\$ 5,30 para o fim deste ano. No fim de 2025, a previsão é que a moeda americana fique em R\$ 5,25. (ABr) %

**Site:** <https://publisher.diariodocomercio.com.br/central-do-leitor/digital/>

# Dívida pública sobe 2,25% e ultrapassa R\$ 7,1 tri em junho

A DPF (Dívida Pública Federal) fechou o mês de junho em R\$ 7,067 trilhões, um aumento de 2,25% em relação a maio, quando estava em R\$ 6,912 trilhões. Os dados foram divulgados ontem pelo Tesouro Nacional. Com a alta, a DPF já alcançou o patamar previsto para o ano. De acordo com o PAF (Plano Anual de Financiamento), apresentado no fim de janeiro, o estoque da dívida pública deve encerrar 2024 entre R\$ 7 trilhões e R\$ 7,4 trilhões.

De acordo com o coordenador-geral de Operações da Dívida Pública, Helano Borges Dias, em agosto a equipe econômica vai discutir os parâmetros do PAF e avaliar a necessidade de revisão do plano.

"O que a gente tem planejado é para cumprir o PAF. Evidentemente, o cenário mudou muito ao longo do ano", disse em coletiva virtual para apresentar os dados.

Ele explicou que o PAF é feito em cima de um conjunto de premissas e que, entre eles, há sinais claros que o Federal Reserve, o Banco Central dos Estados Unidos, vai começar a cortar a taxa de juros do país, o que reduz a pressão sobre a dívida pública brasileira, que tem parte indexada ao câmbio.

No mercado externo, com a alta do dólar, a DPFe (Dívida Pública Federal externa) subiu 9,86%, passando de R\$ 285,47 bilhões em maio para R\$ 313,61 bilhões no mês passado.

A Dívida Pública Mobiliária (em títulos) interna subiu 1,93%, passando de R\$ 6,626 trilhões em maio para R\$ 6,754 trilhões em junho.

No mês passado, o Tesouro emitiu R\$ 72,36 bilhões em títulos a mais do que resgatou, principalmente em papéis corrigidos pela taxa Selic (juros básicos da economia), que são mais atrativos ao mercado em um cenário de juros em patamares altos.

A dívida também subiu por causa da apropriação de R\$ 55,51 bilhões em juros. Por meio da apropriação de juros, o governo reconhece, mês a mês, a correção dos juros que incide sobre os títulos e incorpora o valor ao estoque da dívida pública. Com a taxa Selic em 10,5% ao ano, a apropriação de juros pressiona o endividamento do governo.

Em junho, o Tesouro emitiu R\$ 83,25 bilhões em títulos da DPMFi. Mais da metade desse total, R\$ 49,65 bilhões (59,63%), foi para atender à demanda de títulos corrigidos pela Selic, R\$ 21,44 bilhões (25,75%) são em títulos com remuneração prefixada (com rendimento definido no momento da emissão) e R\$ 12,12 bilhões (14,56%) em títulos indexados a índice de preços (**inflação**).

Já os resgates chegaram a R\$ 10,89 bilhões (R\$ 9,56 bilhões atrelado à Selic) sendo R\$ 7,6 bilhões em vencimentos efetivos.

O colchão da dívida pública (reserva financeira usada em momentos de turbulência ou de forte concentração de vencimentos) subiu 7,05%. A reserva de liquidez passou de R\$ 1,031 trilhão em maio para R\$ 1,104 trilhão no mês passado.

Atualmente, o colchão cobre 8,20 meses de vencimentos da dívida pública. O Tesouro Nacional destacou que os meses de julho, agosto e setembro de 2024 e janeiro de 2025 concentrarão vencimentos estimados em R\$ 933,91 bilhões.

Em relação à composição da DPF, houve redução da participação da DPMFi, passando de 95,87%, em maio, para 95,56%, em junho. Já a participação da DPFe foi ampliada de 4,13% para 4,44%. (da ABr)

Site:

[https://digital.maven.com.br/pub/dgabc/?key=ab\\_30FC20931839D52DECCE05B9F443F3CA8FD7EC4B72DB78424ED05DF7F220C6E50CE5012A48F629A99BCD1705B0C26DA0BB178CF8DF05D5CB514C5B5574A3330E1787A9C46DE91CF72B6CBD5B4C01E80173792F24419893875D10C90027580AFF2B6EFFD1D4979CE015ED0A69CB2E5107795BE06C8BBFC8AE3A6D95C117735](https://digital.maven.com.br/pub/dgabc/?key=ab_30FC20931839D52DECCE05B9F443F3CA8FD7EC4B72DB78424ED05DF7F220C6E50CE5012A48F629A99BCD1705B0C26DA0BB178CF8DF05D5CB514C5B5574A3330E1787A9C46DE91CF72B6CBD5B4C01E80173792F24419893875D10C90027580AFF2B6EFFD1D4979CE015ED0A69CB2E5107795BE06C8BBFC8AE3A6D95C117735)